

## **Índice**

<b>1. Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Execução Orçamental.....</b>	<b>8</b>
<b>3. Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>14</b>
<b>4. Análise Financeira .....</b>	<b>17</b>
<b>5. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....</b>	<b>30</b>
<b>6. Controlo Orçamental – Despesa.....</b>	<b>71</b>
<b>7. Controlo Orçamental – Receita .....</b>	<b>72</b>
<b>8. Demonstração de Fluxos de Caixa .....</b>	<b>73</b>
<b>9. Balanço Social .....</b>	<b>74</b>

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Financiamento das unidades I&D da universidade do Algarve.....	7
Quadro 2 – Comparação das receitas arrecadadas em 2013 e 2014 .....	10
Quadro 3 – Saldo da Gerência Anterior .....	10
Quadro 4 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas.....	12
Quadro 5 – Reforço Orçamento de Estado .....	12
Quadro 6 – Saldo para a Gerência Seguinte .....	13
Quadro 7 – Estrutura de Proveitos.....	20
Quadro 8 – Comparação das Vendas em 2014 e 2013 .....	22
Quadro 9 – Comparação das Prestações de Serviços em 2014 e 2013 .....	22
Quadro 10 – Comparação dos Impostos e Taxas em 2014 e 2013 .....	23
Quadro 11 – Estrutura de Custos .....	24
Quadro 12 – Comparação dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2014 e 2013 .....	25
Quadro 13 – Comparação de Outros Fornecimentos e Serviços em 2014 e 2013 .....	27
Quadro 14 – Comparação dos Custos com o Pessoal em 2014 e 2013 .....	27
Quadro 15 – Comparação das Amortizações do Exercício em 2014 e 2013 .....	29
Quadro 16 – Taxas de Amortização.....	42
Quadro 17 – Classificação CIBE .....	42
Quadro 18 – Ativo Bruto .....	45
Quadro 19 – Amortizações e Provisões .....	46
Quadro 20 – Imobilizado em Curso .....	47
Quadro 21 – Investimentos Financeiros.....	48
Quadro 22 – Depósitos à Ordem e Caixa .....	51
Quadro 23 – Estado e Outros Entes Públicos.....	52
Quadro 24 – Provisões .....	52
Quadro 25 – Fundos Próprios.....	52

<b>Quadro 26 – Balanço Inicial a 01/01/2004 .....</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 27 – Vendas e Prestações de Serviços .....</b>	<b>55</b>
<b>Quadro 28 – Demonstração dos Resultados Financeiros.....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 29 – Demonstração dos Resultados Extraordinários .....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 30 – Fornecedores c/c .....</b>	<b>57</b>
<b>Quadro 31 – Fornecedores de Imobilizado.....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 32 – Fornecedores c/c – Dívidas .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 33 – Fornecedores de Imobilizado – Dívidas.....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 34 - Faturação a Clientes e outros credores.....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 35 – Clientes de Cobrança Duvidosa.....</b>	<b>61</b>
<b>Quadro 36 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 37 – Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.....</b>	<b>63</b>
<b>Quadro 38 – Impostos e Taxas .....</b>	<b>64</b>
<b>Quadro 39 – Dívidas de Propinas .....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 40 – Proveitos Suplementares.....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 41 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos .....</b>	<b>66</b>
<b>Quadro 42 – Fornecimentos e Serviços Externos .....</b>	<b>67</b>
<b>Quadro 43 – Outros Custos e Perdas Operacionais .....</b>	<b>68</b>
<b>Quadro 44 – Custos com o Pessoal.....</b>	<b>69</b>

## **Índice de Gráficos**

<b>Gráfico 1 – Total de Receitas – 2014 .....</b>	<b>11</b>
<b>Gráfico 2 – Estrutura de Proveitos – 2014 .....</b>	<b>21</b>
<b>Gráfico 3 – Estrutura de Custos – 2014.....</b>	<b>25</b>
<b>Gráfico 4 – Fornecimentos e Serviços Externos - 2014 .....</b>	<b>26</b>
<b>Gráfico 5 – Custos com Pessoal .....</b>	<b>28</b>
<b>Gráfico 6 – Amortizações do Exercício – 2013 .....</b>	<b>29</b>

## **1. Introdução**

Pretende-se com este Relatório proporcionar uma visão global e abrangente das atividades desenvolvidas pela Universidade do Algarve, adiante designada apenas por Universidade ou UAlg, durante o ano de 2014, assim como proporcionar uma análise sucinta da sua situação financeira.

Em 2014, a execução orçamental e financeira, manteve o clima de contenção que se tem vindo a observar nos últimos anos em todas as instituições públicas, incluindo as universidades.

A economia mundial regista em 2014, um ligeiro aumento (cerca de 3%, quando em 2013 foi registado um aumento de 2,5%). A economia europeia cresceu 0,9% na zona euro e 1,3% na União Europeia (UE).

Na economia portuguesa, depois do recuo verificado no PIB (Produto Interno Bruto) de -1,5% em 2013, em 2014 o PIB cresceu 0,9%.

Em abril de 2011, Portugal deixou de conseguir resistir à pressão dos mercados sobre as condições de financiamento da sua economia, tornando-se no dia 7 de Abril de 2011, no terceiro Estado-membro da zona euro a pedir ajuda financeira internacional da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Anteriormente, já tinham pedido ajuda financeira, a Grécia e a Irlanda. Em junho de 2012, a Espanha foi o quarto estado a pedir a intervenção da UE e do FMI.

O memorando de entendimento sobre as condicionalidades da política económica, firmado com as instituições europeias, influenciou fortemente a política orçamental portuguesa durante os anos de 2011 a 2014.

A Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro de 2013 aprovou o Orçamento do Estado para 2014, tendo sido atribuído à Universidade do Algarve, um orçamento de receita e despesa no montante de 54 633 131€.

A publicação do Decreto-Lei n.º 52/2014 de 07 de abril de 2014, vem estabelecer as Normas de Execução Orçamental, nomeadamente a disciplina orçamental.

Durante o ano de 2014, assistiu-se a duas alterações ao Orçamento do Estado, uma publicada pela Lei n.º 13/2014 de 14 de março, e outra, publicada pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro. Nenhuma destas duas alterações introduziu qualquer modificação ao orçamento da Universidade do Algarve.

Neste contexto, houve uma contínua preocupação do Conselho de Gestão da Universidade do Algarve em adotar medidas de contenção de despesa, destacando-se:

- i) Continuação do esforço para diminuir os encargos com o pessoal, reduzindo progressivamente o número de ETI's (Equivalente a Tempo Inteiro);
- ii) Melhoria contínua dos orçamentos das propostas de ações de Formação Avançada;
- iii) Garantia de cobertura dos encargos fixos nos novos projetos;
- iv) Definição de valores mínimos a cobrar pelos serviços prestados

Ao longo do ano de 2014, um conjunto de medidas foi sendo implementado tendo em vista a contenção da despesa e uma maior eficiência no funcionamento, destacando-se:

- ❑ Despacho Reitoral n.º 10/2014 - Férias do pessoal/2014. Visa a redução de encargos com o funcionamento, nomeadamente a energia, a limpeza e a segurança.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 16/2014 - Fixação de vagas e do número mínimo de alunos para os cursos de 2º ciclo.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 31/2014 - Propinas de CETs 1º, 2º e 3º ciclos de estudos e Mestrados Integrados ano letivo 2014/15.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 37/2014 - Propinas dos 1º, 2º e 3º ciclos de estudos e dos Mestrados Integrados para os estudantes abrangidos pelo Estatuto do Estudante Internacional.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 47/2014 - Pagamento de propinas de 1º ciclo e mestrado integrado para os estudantes abrangidos pelo Estatuto do Estudante Internacional.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 80/2014 – Execução Orçamental 2014. Medidas de Contenção.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 90/2014 - Harmonização do valor das bolsas pagas na UAlg

Relativamente ao património imobiliário da Universidade, este encontra-se todo registado em nome da instituição, à exceção do edifício da Escola Superior de Saúde de Faro que se encontra afeto à atividade da UAlg, cuja regularização depende do Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças, da Educação e da Saúde, conforme o Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

Em 2013, teve início a Empreitada de construção do edifício para o curso de Medicina da Universidade do Algarve, no valor de 2.693.700€, tendo a repartição dos encargos decorrentes da execução desta obra, sido autorizada por portaria de extensão de encargos emitida pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Educação e Ciência. A referida portaria, foi publicada na 2.ª série do Diário da República de 01 de agosto de 2013, sob o n.º 518/2013.

A execução financeira desta empreitada foi de 554.626,21€ em 2013 e de 740.166,17€ em 2014.

No ano de 2014, teve em debate a elaboração do Plano Estratégico da Universidade do Algarve, que vigorará até 2017. Este Plano, assenta essencialmente nos seguintes vetores de orientação estratégica: Ensino, Investigação, Extensão e Governança.

Durante o ano de 2014, foram avaliados os centros de investigação da Universidade do Algarve, no âmbito da avaliação das Unidades de I&D 2013 da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT).

Esta avaliação tem como referência os anos de 2008 a 2012 e irá definir o financiamento de 2015 a 2020 das unidades de I&D. Foram avaliadas 8 unidades de I&D, sendo que passaram à 2ª fase (com notas de Muito Bom e Excelente) 5 unidades, (o que representa 63,5% do total). No final do ano de 2014 saíram os resultados da 2ª fase com o financiamento atribuído para as unidades de I&D.

**Quadro 1 – Financiamento das unidades I&D da universidade do Algarve**

	Referência / Reference	Acrónimo / Acronym	Total Financiamento de 2015-2017
centros de Investigação da UALG	UIC/BIM/04773/2013	CBMR	721.440,00 €
	UID/Multi/00631/2013	CEOT	377.583,00 €
	UID/ARQ/04211/2013	ICARHEB	301.851,00 €
	UID/MAR/00350/2013	CIMA	150.000,00 €
	UID/SOC/04020/2013	CIEO	225.000,00 €
	UID/Multi/04019/2013	CIAC	45.000,00 €
	<b>SUB-TOTAL</b>		<b>1.820.874,00 €</b>
Centros investigação externas	UID/ECO/04007/2013	CEFAGE	24.148,80 €
	UID/IC/04255/2013	CINTESIS	21.384,00 €
	UID/AMB/04085/2013	CENSE	13.695,00 €
	<b>SUB-TOTAL</b>		<b>59.227,80 €</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>1.880.101,80 €</b>

Em 2014, houve um especial enfoque, na consolidação e desenvolvimento das ferramentas informáticas utilizadas na Universidade do Algarve, nomeadamente:

- SGD UAlg – Sistema de Gestão Documental (Plataforma informática de gestão de fluxos de documentos, que permitirá uma desmaterialização de processos)

- SIGES UAlg - Sistema de Gestão Académica para a Universidade do Algarve (Aplicação informática de gestão académica, com funcionalidades de gestão pedagógica)
- SIGEST UAlg – Sistema de Informação e Gestão da Universidade do Algarve (Aplicação Informática que integra a gestão das áreas financeira, recursos humanos e projetos de investigação).

No ano de 2014, mantiveram-se em vigor os manuais de procedimentos, tendo sido aprovado o Manual de Controlo Interno.

O exercício de execução orçamental e financeira da Universidade obedeceu a normas emanadas pela Direcção-Geral do Orçamento, para além das normas constantes na Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro de 2013 que aprova o Orçamento do Estado para 2014 e no Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 52/2014 de 07 de abril de 2014.

Para o ano de 2014, a Universidade do Algarve volta a apresentar as suas contas nos moldes exigidos pela Portaria 794/2000, de 20 de Setembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Público para o sector da Educação (POC-Educação).

Para além do tradicional mapa dos fluxos de caixa em que se demonstram os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano económico, constituindo um mapa de tesouraria – incluem-se como documentos de prestação de contas o Balanço, a Demonstração de Resultados e os respetivos Anexos.

A conta da Universidade do Algarve vai ser objeto de Certificação Legal de Contas, sendo realizada pela sociedade de revisores oficiais de contas Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC Lda, fiscal único da Universidade nomeado pelo despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Despacho n.º 23199/2009 de 1 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 205, de 22 de outubro de 2009.

## **2. Execução Orçamental**

A Universidade do Algarve contou, durante o ano de 2014, com um total de recebimentos orçamentais no valor de 54.365.468,78€, sendo 3.889.381,70€ de saldo da gerência anterior e 50.476.087,08€ de receitas arrecadadas durante o ano.

Comparando com o volume total de receitas orçamentais de 2013, verifica-se um decréscimo na ordem dos -3,5% (56.343.844,26€ em 2013 contra 54.365.478,68€ em 2014).

Se compararmos apenas as receitas cobradas no ano, sem considerar os saldos transitados, verifica-se em 2014, um decréscimo de receita arrecadada na ordem dos -4,75%. Este valor é explicável em grande medida pela diminuição da comparticipação do Orçamento do Estado, que apresenta uma diminuição de -2,29% (33.365.827,00 € em 2013 contra 32.601.198,00 € em 2014).

As verbas de Orçamento de Estado dirigidas ao financiamento de Projetos de Investigação, também apresentam uma redução de -674.794,09 €, o que representa uma quebra de 19,15% (3.524.615,06 € em 2013 contra 2.849.820,97 € em 2014).

Por outro lado, também a receita proveniente dos fundos comunitários regista uma expressiva diminuição na ordem dos -11,43% (5.739.761,52€ em 2013 contra 5.083.942,56€ em 2014).

Os recebimentos com proveniência em receitas próprias, sofreram uma diminuição de -8,57% (9.770.695,07€ em 2013 contra 8.933.006,63€ em 2014).

Em 2013, no âmbito do Contrato Programa entre o Estado Português e a UAlg, para o ensino do Curso de Medicina, foi arrecadada a quantia de 750.000€. Em 2012, o financiamento do curso de medicina foi de 773.829,59 €.

A receita arrecadada no plano de Investimentos no valor de 234.232€, reparte-se pelos seguintes projetos:

- Impermeabilização de cobertura e tratamento de juntas de dilatação em vários edifícios – 94.300€;
- Gestão documental e desmaterialização de processos – 81.814€;
- Eficiência energética - 58.118€

As receitas arrecadadas distribuem-se de acordo com o exposto no Quadro 4.

**Quadro 2 – Comparação das receitas arrecadadas em 2013 e 2014**

Tipo	Receitas 2013	Receitas 2014
OE	33.365.827,00 €	32.601.198,00 €
OE - Outros	3.524.615,06 €	2.849.820,97 €
Fundos comunitários	5.739.761,52 €	5.083.942,56 €
Receitas próprias	9.770.695,07 €	8.933.006,63 €
Investimento – OE	593.425,00 €	234.232,00 €
Investimento – Fundos comunitários	0,00 €	773.886,92 €
<b>Total</b>	<b>52.994.323,65 €</b>	<b>50.476.087,08 €</b>

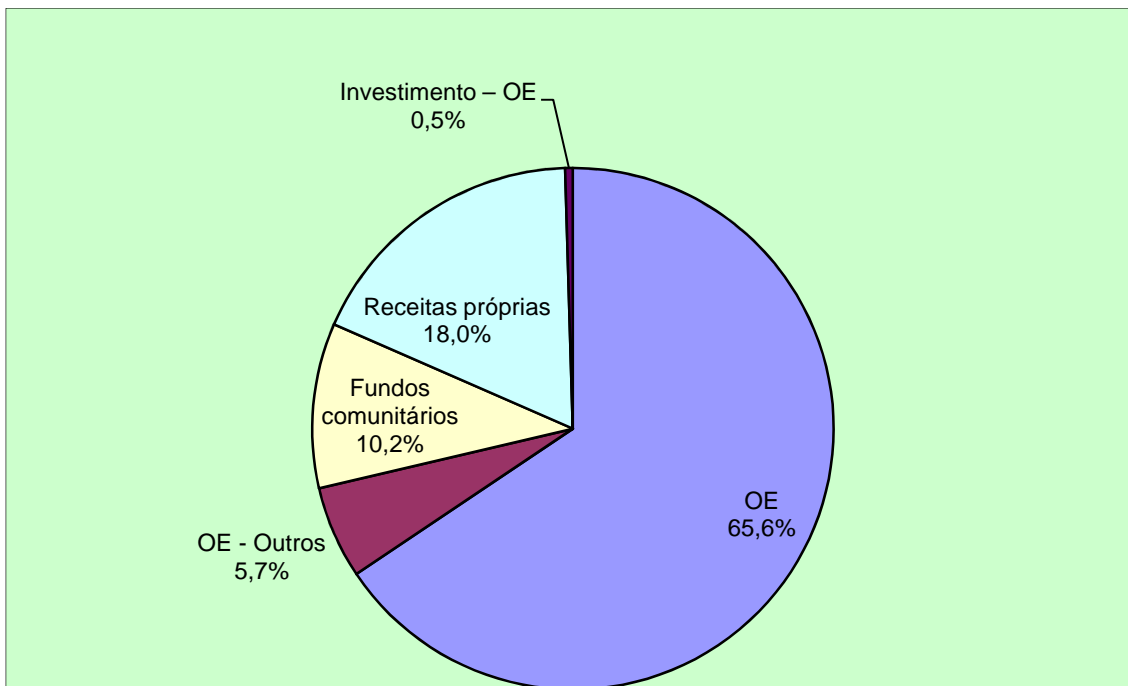
Relativamente ao saldo transitado da gerência anterior, este distribui-se da seguinte forma:

**Quadro 3 – Saldo da Gerência Anterior**

Saldo Gerência Anterior (2013)	Valor	Peso
OE	1.249.780,22 €	32,13%
OE - Outros	1.983,34 €	0,05%
Fundos comunitários	2.101.311,94 €	54,03%
Receitas próprias	421.136,52 €	10,83%
Investimento – OE	115.169,68 €	2,96%
<b>Total</b>	<b>3.889.381,70 €</b>	<b>100,00%</b>

Fazendo uma análise ao peso das receitas arrecadadas durante o ano económico de 2014, verificamos no Gráfico 3, que as transferências do Estado (OE) representam 65,6% do total de receitas. Relativamente às receitas próprias, conclui-se que estas assumem 18% das receitas totais. As receitas provenientes de fundos comunitários representam 10,2% e a componente de OE – Outros, onde se inclui os Projetos de Investigação, receitas provenientes da FCT para pagamento de investigadores e para custos de formação, representa 5,7%.

**Gráfico 1 – Total de Receitas – 2014**



Comparando o orçamento inicial da Universidade do Algarve para 2014, que apresenta um valor global de 54.633.131€, verifica-se que durante a gerência de 2014, foram cobradas receitas no montante de 50.476.087,08€, o que corresponde a uma taxa de execução de 92,39%.

Não obstante os desvios positivos de 3.831.988€ e de 136.290,97€ nas transferências do OE e nas transferência de OE – Outros, respetivamente, todas as restantes componentes da receita apresentam desvios negativos.

Sendo que, globalmente foram cobrados menos 4.157.044€, do que estava inicialmente previsto.

Os níveis de execução mais reduzidos, verificam-se ao nível das receitas próprias, tendo sido executado apenas 62,76% do que estava previsto, e o plano de investimentos (Ex-PIDDAC) com uma execução de 59,34% face ao orçamento inicial.

Estes valores poderão ser observados no Quadro 6.

**Quadro 4 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas**

Tipo	Orçamento Inicial Previsto	Receitas Arrecadadas	Desvio	Tx. Exec.
OE	28.769.210,00 €	32.601.198,00 €	3.831.988,00 €	113,32%
OE - Outros	2.713.530,00 €	2.849.820,97 €	136.290,97 €	105,02%
Fundos comunitários	7.426.917,00 €	5.083.942,56 €	(2.342.974,44) €	68,45%
Receitas próprias	13.571.076,00 €	8.933.006,63 €	(4.638.069) €	65,82%
Investimento – OE	350.000,00 €	234.232,00 €	(115.768) €	66,92%
Investimento – Fundos comunitários	1.802.398,00 €	773.886,92 €	(1.028.511) €	42,94%
<b>Total</b>	<b>54.633.131,00 €</b>	<b>50.476.087,08 €</b>	<b>(4.157.044) €</b>	<b>92,39%</b>

O Quadro seguinte apresenta a justificação dos reforços ocorridos na receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado.

**Quadro 5 – Reforço Orçamento de Estado**

Descrição	Reforço OE
Indeminizações/rescisões	118.539,00 €
Propinas de Cabo Verde	3.860,00 €
Acerto da distribuição da dotação do MEC	982.797,00 €
Protocolo de financiamento para o curso de Medicina	750.000,00 €
Orçamento Retificativo	1.861.124,00 €
Bolsas de Mérito	43.650,00 €
Transferência proveniente do plano de investimento	72.018,00 €
<b>Total</b>	<b>3.831.988,00 €</b>

O reforço no valor de 1.861.124€, ocorreu como medida de compensar o impacto financeiro do acórdão do Tribunal Constitucional relativamente à constitucionalidade dos cortes salariais.

O saldo que transitou para a gerência seguinte (2015) totaliza 1.430.462,14€, conforme se pode verificar no Quadro 7, onde o mesmo se distribui pelas várias fontes de financiamento.

**Quadro 6 – Saldo para a Gerência Seguinte**

Saldos para a Gerência Seguinte	Valor	Peso
OE	1.143,15 €	0,08%
OE - Outros	425.845,47 €	29,77%
Fundos comunitários	502.080,39 €	35,10%
Receitas próprias	161.078,97 €	11,26%
Investimentos - OE	189.966,48 €	13,28%
Investimentos - Comunitários	150.347,68 €	10,51%
<b>Total</b>	<b>1.430.462,14 €</b>	<b>100,00%</b>

Relativamente ao saldo que transitou de 2013 (3.889.381,70€) observa-se uma diminuição de 2.458.919,56€.

Embora se verifique uma diminuição de saldo da gerência anterior, não foi quebrada a regra do equilíbrio orçamental (Artigo 25º da Lei n.º. 48/2004, de 24 de Agosto, terceira alteração à Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º. 91/2001, de 20 de Agosto), uma vez que o valor de 2.458.919,56 € é inferior ao pagamento que a Universidade do Algarve fez para a Caixa Geral de Aposentações (no valor de 9.531.799,79 €, que se reparte em 6.514.519,24€ como encargo da entidade patronal, e 3.017.280,55€ como encargo do trabalhador). Segundo o n.º 4 do art. 6º-A do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo DL n.º 498/72 de 09 de Dezembro, alterado pelo OE para 2010, é referido que "As instituições de ensino superior e restantes entidades com autonomia administrativa e financeira podem, para efeitos do presente artigo, utilizar os saldos de gerência de anos anteriores, ficando, para esse efeito, dispensados do cumprimento do artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto."

A Universidade do Algarve cumpriu ainda o Regime de Unidade de Tesouraria, tendo observado o disposto no artigo 115º do RJIES – Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro, uma vez que transitou como saldo bancário nas contas abertas no Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) o valor global de 2.305.778,40€.

### 3. Demonstrações Financeiras

#### Balanço da Universidade do Algarve a 31.12.2014

(Valores expressos em euros)

Ativo	2014		2013	
	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido
<b>Imobilizado</b>				
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Despesas de Investigação e Desenvolvimento		0	0	0
Propriedade Industrial e Outros Direitos	17.726	0	17.726	17.726
Imobilizações Incorpóreas em curso	0	0	0	576.113
	17.726	0	17.726	593.840
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	788.176	0	788.176	788.176
Edifícios e Outras Construções	61.132.667	14.897.101	46.235.566	46.616.099
Equipamento e Material Básico	29.969.863	26.738.109	3.231.755	3.538.433
Equipamento de Transporte	719.483	669.752	49.732	5.840
Ferramentas e Utensílios	184.805	180.753	4.051	5.656
Equipamento Administrativo	13.564.982	12.069.080	1.495.902	311.352
Taras e Vasilhame	483	483	0	0
Obras de Arte	54.802	1.372	53.430	53.430
Outras Imobilizações Corpóreas	4.942.262	4.734.622	207.640	258.361
Imobilizações em Curso	1.101.940	0	1.101.940	115.651
Adiantamento conta Imob. Corpóreas	281.766	0	281.766	460.098
	112.741.231	59.291.272	53.449.959	52.153.097
<b>Investimentos Financeiros</b>				
Partes de Capital	82.609	0	82.609	26.241
	82.609	0	82.609	26.241
<b>Circulante</b>				
<b>Existências:</b>				
Matérias-primas, subsid. e de consumo	44.290	0	44.290	31.292
	44.290	0	44.290	31.292
<b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</b>				
Clientes, c/c	675.678	0	675.678	786.576
Alunos c/c	1.006.053	0	1.006.053	1.225.844
Clientes, alunos e utentes-cobrança duvidosa	2.600.586	2.600.586	0	0
Adiantamentos a fornecedores	20.839	0	20.839	4.467
Estado e Outros Entes Públicos	108.016	0	108.016	122.072
Outros Devedores	99.816	0	99.816	73.687
	4.510.987	2.600.586	1.910.401	2.212.646
<b>Títulos Negociáveis</b>				

Outras aplicações de tesouraria	0	0	0	0
	0	0	0	0
<b>Depósitos Bancários e Caixa</b>				
Conta no Tesouro	719.112	0	719.112	2.305.778
Depósitos em Instituições Financeiras	713.529	0	713.529	1.575.639
Caixa	26	0	26	12
	1.432.667	0	1.432.667	3.881.430
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Proveitos	127.119	0	127.119	153.575
Custos Diferidos	39.377	0	39.377	23.771
	166.496	0	166.496	177.345
<b>Total de Amortizações</b>		59.291.272		
<b>Total de Provisões</b>		2.600.586		
<b>Total do Activo</b>	118.996.005	61.891.858	57.104.148	59.075.891

#### Balanço da Universidade do Algarve a 31.12.2014

(Valores expressos em euros)

<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Fundos Próprios</b>		
Património	1.087.160	1.087.160
Reservas de Reavaliação		
Reservas:		
Subsídios	788.176	788.176
Doações	433.176	433.176
Resultados Transitados	-3.864.678	-4.572.875
Resultado Líquido do Exercício	-515.177	-1.820.166
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>-2.071.343</b>	<b>-4.084.529</b>
<b>Passivo</b>		
Provisões para riscos e encargos:	149.999	149.999
	149.999	149.999
<b>Dívidas a Terceiros</b>		
Médio e Longo Prazo:		
Credores Diversos	0	0
	0	0
Curto Prazo:		
Fornecedores c/c	450.592	469.406
Fornecedores, Faturas-Receção e Conf.	20.476	80.453
Fornecedores de Imobilizado c/c	694.927	73.607
Estado e Outros Entes Públicos	41.500	34.779
Outros Credores	571.070	471.447
	1.778.565	1.129.693

**Acréscimos e Diferimentos**

Acréscimos de Custos	5.536.824	5.324.181
Proveitos Diferidos	51.710.103	56.556.547
	57.246.927	61.880.728
<b>Total do Passivo</b>	59.175.490	63.160.420
<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	57.104.148	59.075.891

**Demonstração de Resultados por natureza da Universidade do Algarve a 31.12.2014**

	2014		2013	
<b>Custos e Perdas</b>				
<b>CMVMC</b>				
Mercadorias			0	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0	10.303	10.303
Fornecimentos e Serviços Externos	6.243.276	6.243.276	6.727.078	6.727.078
Custos com Pessoal				
Remunerações	32.583.488		34.590.361	
Encargos Sociais	7.724.347	40.307.835	7.478.847	42.069.208
Transferências Correntes	2.588.270	2.588.270	2.698.609	2.698.609
Amortizações do Exercício	2.418.536		2.541.985	
Provisões do Exercício	560.655	2.979.191	603.947	3.145.932
Outros Custos e Perdas Operacionais	186.965	186.965	123.110	123.110
(A)		52.305.536		54.774.239
Custos e Perdas Financeiras	56.263	56.263	43.188	43.188
(C)		52.361.799		54.817.427
Custos e Perdas Extraordinárias	170.576	170.576	392.077	392.077
(E)		52.532.375		55.209.504
Resultado Líquido do Exercício		-515.177		-1.820.166
		52.017.198		53.389.338

<b>Proveitos e Ganhos</b>				
Vendas e prestações de Serviços				
Vendas	18.272		20.571	
Prestações de Serviços	749.677	767.949	766.637	787.209
Impostos e Taxas	7.849.850	7.849.850	9.255.648	9.255.648
Proveitos Suplementares	253.362	253.362	580.502	580.502
Transferências e Subsídios Correntes				
Transferências - Tesouro	35.199.324		33.372.297	
Outras	6.158.698	41.358.023	6.047.687	39.419.984
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	0	0
Outros Proveitos Operacionais	0	0	0	0
(B)		50.229.183		50.043.342
Proveitos e Ganhos Financeiros				
	13.895	13.895	1.671	1.671
(D)		50.243.078		50.045.014
Proveitos e Ganhos Extraordinários				
	1.774.120	1.774.120	3.344.324	3.344.324
(F)		52.017.198		53.389.338
Resumo:				
Resultados Operacionais:(B)-(A)=		-2.076.353		-4.730.897
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=		-42.368		-41.516
Resultados Correntes:(D)-(C)=		-2.118.721		-4.772.413
Resultado Líquido Exercício:(F)-(E)=		-515.177		-1.820.166

## 4. Análise Financeira

### a) Situação financeira geral

Da situação financeira da Universidade do Algarve, espelhada nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014 – Balanço e Demonstração de Resultados – destacam-se os seguintes aspetos:

#### Balanço

O Ativo Líquido de 57.104.148€ registou uma diminuição de 3,34% relativamente ao ano anterior, representando uma variação de -1.971.743€. Esta diminuição é essencialmente explicada pela

redução dos montantes em disponibilidades, que registam em 2014 um decréscimo de 63,09%, ou seja uma variação de -2.448.763€.

De um modo geral, a componente de imobilizado, que integra o imobilizado incorpóreo, o imobilizado corpóreo e os investimentos financeiros, apresenta em 2014 uma variação positiva pouco expressiva de 1,47% (52.773.177€ em 2013 contra 53.550.294€ em 2014).

Especificamente a componente de imobilizado incorpóreo regista uma diminuição de 97,01%, originária da transição para imobilização definitiva do montante que em 31.12.2013 se encontrava em curso. Esta variação respeita à aquisição do Software SIGESTUALG que em 2014 ficou concluída.

As imobilizações corpóreas registam em 2014 um acréscimo de 1.296.862€, o que, face a 2013, revela uma variação positiva de 2,49%. As rubricas que mais contribuem para esta variação são: Equipamento de Transporte, com um aumento de 43.891€ (aquisição de viatura de 9 lugares); Equipamento Administrativo com um aumento de 1.184.550€ (aquisição de softwares e equipamento informático) e Imobilizações em curso com um acréscimo de 986.289€ (Obras em Curso em Edifícios, destacando-se a Empreitada de construção do edifício para o curso de Medicina).

Em Investimentos Financeiros, verifica-se um acréscimo de 56.368€, proveniente do reconhecimento das participações nas seguintes Entidades de Direito Privado: **COTHN** - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, no valor de 1.500€; **CINTAL** - Centro de Investigação Tecnológica do Algarve, no valor de 4.987,90€ e **FUP** - Fundação para as Universidades Portuguesas, no valor de 49.879,79€.

As Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, apresentam um decréscimo de -302.245€ (variação negativa de -13,66%).

Na conta de Disponibilidades, verifica-se uma diminuição de 2.448.763€, o que representa uma redução de 63,09%.

Os Fundos Próprios reduziram em 49,29% o seu valor negativo, apresentando em 31.12.2014, o valor de -2.071.343€. Esta variação positiva tem origem no aumento do Resultado Líquido do exercício, que apesar de negativo, aumentou 1.304.989€, e no acréscimo dos Resultados Transitados, no valor de 708.197€.

No geral, observou-se um acréscimo das dívidas a terceiros de curto prazo, registando um aumento de 648.872€, o que percentualmente evidencia um incremento de 57,44%. Essencialmente explicado, pelo acréscimo da dívida a fornecedores de imobilizado, nomeadamente, no que respeita à empreitada de Construção do Edifício para o Curso da Medicina.

O Passivo, no valor de 57.104.148 €, diminuiu 6,31% em relação ao ano anterior.

No entanto, o fator que mais contribui para a diminuição do passivo foi a conta de Proveitos Diferidos, que regista uma redução de 8,57%, no valor de 4.846.444€. Na base desta redução, encontra-se o reconhecimento de proveitos, provenientes de Subsídios à Exploração destinados ao financiar despesas correntes incorridas no ano de 2013, no valor de 2.471.995€. Por impossibilidade no seu adequado apuramento, este valor não foi reconhecido no exercício de 2013, tendo sido registado em 2014, por correção dos Resultados Transitados. Este facto não foi revelado nas contas de 2013, com influência relevante no valor do Resultado Líquido deste ano.

### **Demonstração de Resultados**

Passando à análise dos aspetos mais relevantes da Demonstração de Resultados, verifica-se que o resultado líquido do exercício apurado em 2014 foi de -515.177 €.

Em comparação com o ano de 2013, os custos apresentam em 2014 uma diminuição de 2.677.129€, ou seja uma redução de 4,85%, que essencialmente resulta da diminuição dos custos com fornecimentos e serviços externos, dos custos com pessoal e dos custos e perdas extraordinárias.

Nos custos com fornecimentos e serviços externos verifica-se uma diminuição de – 483.802 € (-7,19%). Nos custos com pessoal, a diminuição é de - 1.716.373€ (-4,19%). Também, os custos e perdas extraordinárias, registam uma redução de -221.501€ (-56,49%).

Igualmente, os proveitos registam em 2014, um decréscimo de -1.372.140€, o que em termos percentuais equivale a uma variação negativa de -2,57%. As contas que essencialmente concorrem para o apuramento desta variação, são os proveitos com impostos e taxas, que registam uma diminuição de – 1.405.797€ (-15,19%), os proveitos e ganhos extraordinários com um decréscimo de -1.570.204€ (-46,95%) e os proveitos suplementares com uma redução de - 327.140€ (-56,35%).

É de referir que o proveito proveniente das transferências do Orçamento do Estado, regista um acréscimo de 1.827.027€ (5,47%), essencialmente explicado, quer pela correção da dotação inicialmente disponibilizada pelo Ministério da Educação e Ciência, quer pela, compensação do impacto da decisão do Tribunal Constitucional no que respeita aos cortes salariais.

Relativamente aos proveitos financeiros, verifica-se um crescimento de 12.224€, que representa um crescimento de 731%, quando comparado com os valores inscritos no ano de 2013. Este crescimento é essencialmente justificado pelas remunerações de depósitos bancários das contas à ordem.

Dos valores apresentados anteriormente, obteve-se um Resultado Operacional negativo de -2.076.353€, tendo o mesmo melhorado relativamente ao ano anterior que apresentava um valor negativo de -4.730.897€.

Os Resultados Financeiros também se apresentam negativos em -42.368€, montante idêntico ao obtido no ano de 2013 (-41.516€).

Passaremos, de seguida, a uma análise mais pormenorizada aos proveitos e aos custos da Universidade, centrando esta análise nas contas consideradas mais significativas e que possam proporcionar uma visão genérica da atividade desenvolvida em 2014.

## **b) Proveitos**

De seguida, apresenta-se um quadro com a comparação entre as contas dos proveitos dos anos 2014 e 2013.

**Quadro 7 – Estrutura de Proveitos**

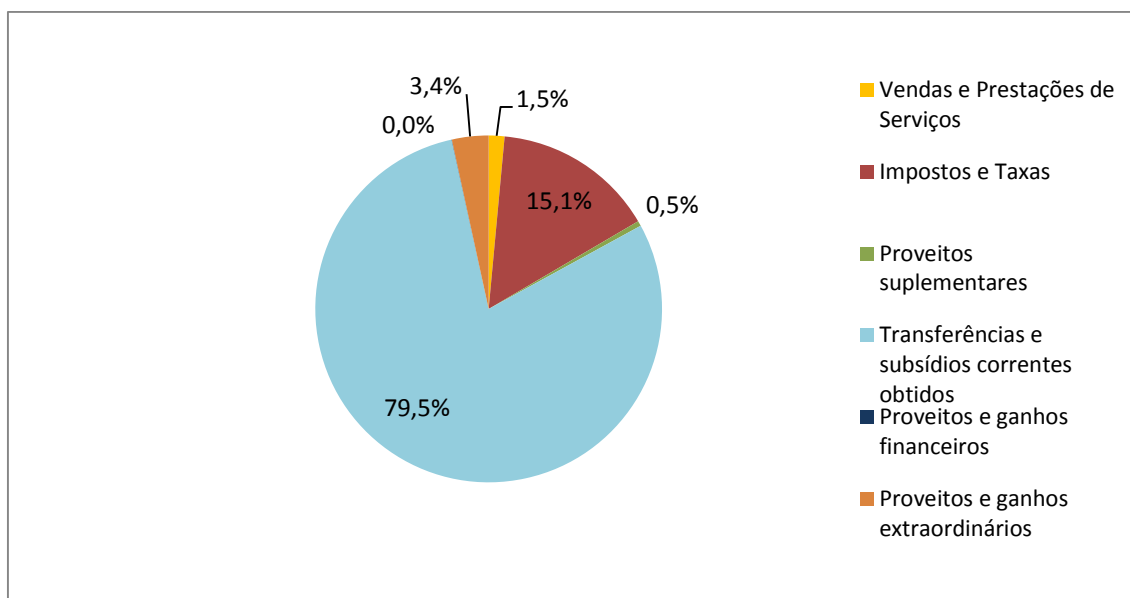
<b>Estrutura de Proveitos</b>	<b>(em euros)</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Vendas e Prestações de Serviços	767.949	787.209
Impostos e Taxas	7.849.850	9.255.648
Proveitos suplementares	253.362	580.502
Transferências e subsídios correntes obtidos	41.358.023	39.419.984
Proveitos e ganhos financeiros	13.895	1.671
Proveitos e ganhos extraordinários	1.774.120	3.344.324
<b>TOTAL</b>	<b>52.017.198</b>	<b>53.389.338</b>

Comparativamente com 2013, assiste-se a uma diminuição de -2,57% dos proveitos, no valor de -1.119.255€, fundamentalmente motivada pela variação negativa dos proveitos com impostos e taxas e dos proveitos e ganhos extraordinários.

Por outro lado, as transferências e subsídios correntes registam um acréscimo de 1.938.038,43€, derivado dos reforços provenientes da transferência do orçamento de estado, como anteriormente explicado.

No Gráfico abaixo apresenta-se a estrutura de proveitos para o ano de 2014.

**Gráfico 2 – Estrutura de Proveitos – 2014**



O valor mais significativo, com 79,5% refere-se a Transferências e Subsídios Correntes, onde se incluem as transferências provenientes do Orçamento do Estado e as transferências no âmbito da Investigação, nomeadamente transferências provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Segue-se, com 15,1%, os proveitos com Impostos e Taxas, onde se registam as receitas de propinas de formação inicial, de pós-graduações, mestrados não integrados, doutoramentos, taxas, emolumentos.

As vendas e prestações de serviços, representam 3,4% da estrutura total de proveitos.

Passamos, de seguida, a uma análise mais detalhada das vendas, prestações de serviços e impostos e taxas.

Pelo quadro seguinte verificamos que a maior fatia das vendas corresponde a fotocópias, impressos e publicações, que representa 72,5% do total deste proveito.

Comparando os valores totais das vendas de 2014 com os de 2013, assistiu-se a uma redução de -19,71%, assumindo este decréscimo o montante de -3.251€.

**Quadro 8 – Comparação das Vendas em 2014 e 2013**

(em euros)

Vendas	2014	2013
Fotocópias, Impressos e Publicações	13.247	16.498
Livros e documentação técnica	3.937	1.670
Sebentas e Manuais	0	32
Outros Bens	1.089	2.371
<b>TOTAL</b>	<b>18.272</b>	<b>20.571</b>

Verifica-se que os proveitos provenientes da venda de livros e documentação técnica, registam em 2014, um forte aumento de 135,77%, ou seja, uma variação positiva de 2.267€.

Quanto às Prestações de Serviços, no quadro seguinte, verificamos que houve um decréscimo em 2014, de -2,21% (-16.961€).

A maior variação positiva, verifica-se nos proveitos com inscrições em seminários e congressos que aumentaram 81.433€ (+117,63%).

A realização de estudos sofreu em 2014, uma redução de - 65.299€ (-17,58%)

**Quadro 9 – Comparação das Prestações de Serviços em 2014 e 2013**

(em euros)

Prestações de Serviços	2014	2013
Ações de Formação	96.772	115.556
Exames audiológicos e atos clínicos de avaliação	21.522	18.466
Inscrição em Seminários e Congressos	150.663	69.230
Outros Serviços de Laboratório	112.094	117.981
Assistência Técnica	15.533	14.050
Outros Serviços Prestados ao Exterior	41.632	52.360
Realização de Estudos	306.164	371.462
Realização de Trabalhos Gráficos	5.298	7.533
<b>TOTAL</b>	<b>749.677</b>	<b>766.637</b>

Por fim, apresenta-se uma análise detalhada dos Impostos e Taxas, onde se incluem as propinas de formação inicial.

**Quadro 10 – Comparação dos Impostos e Taxas em 2014 e 2013**

Impostos e Taxas	(em euros)	
	2014	2013
Propinas formação inicial	5.765.104	6.654.550
Propinas de pós-graduações	28.773	9.739
Propinas de mestrados	1.202.184	1.670.251
Propinas de doutoramentos	125.027	183.575
Taxas de matrícula	97.916	98.960
Taxas de exames	0	4.060
Taxas de Melhorias de nota	4.586	4.921
Seguro escolar	196.476	196.779
Outras taxas	373.117	342.248
Multas	56.666	72.113
Emolumentos	0	18.452
<b>TOTAL</b>	<b>7.849.850</b>	<b>9.255.648</b>

O valor do proveito com impostos e taxas registado em 2014, apresenta uma redução de -15,19%, face ao valor registado no ano anterior (-1.405.797€). As componentes que mais contribuíram para este decréscimo são: propinas de formação inicial, com uma redução de -889.446€ (-13,37%) e propinas de mestrado com uma diminuição de -468.067€ (-28,02%).

É de referir que por via do aumento do número de prestações para pagamento de propinas, instituído no Despacho Reitoral n.º 31/2014, foi alterada a fórmula do cálculo da especialização do diferimento deste proveito. Ou seja, em 2013, foi registado 2/3 do proveito do ano letivo 2012/13, tendo os restantes 1/3 sido registados em 2012. O proveito relativo ao ano letivo de 2013/14, foi registado 1/3 em 2013 e 2/3 em 2014. Assim, por força da alteração do n.º de prestações no pagamento de propinas, a especialização do diferimento deste proveito para o ano letivo de 2014/15, será de 3/8 em 2014 e 5/8 em 2015.

### c) Custos

Relativamente aos custos e analisando-os na sua totalidade, comparativamente com 2013, em 2014 verifica-se um decréscimo de 4,85%, o que se traduz numa redução de -2.677.129€.

A redução de maior expressão, verificou-se nos custos com o pessoal, com uma variação negativa de -1.761.373€, que em termos percentuais significa uma redução de -4,19%.

Também os fornecimentos e serviços externos, apresentam um custo inferior ao verificado em 2013, verificando-se uma diminuição de – 7,19% (-483.802€).

De referir, que os custos com transferências correntes concedidas e prestações sociais, apresentam uma diminuição de -110.339€, o que em termos percentuais representa -4,09%.

Os Custos e Perdas Extraordinárias, também apresentam uma diminuição de -221.501,03€ (-56,49%).

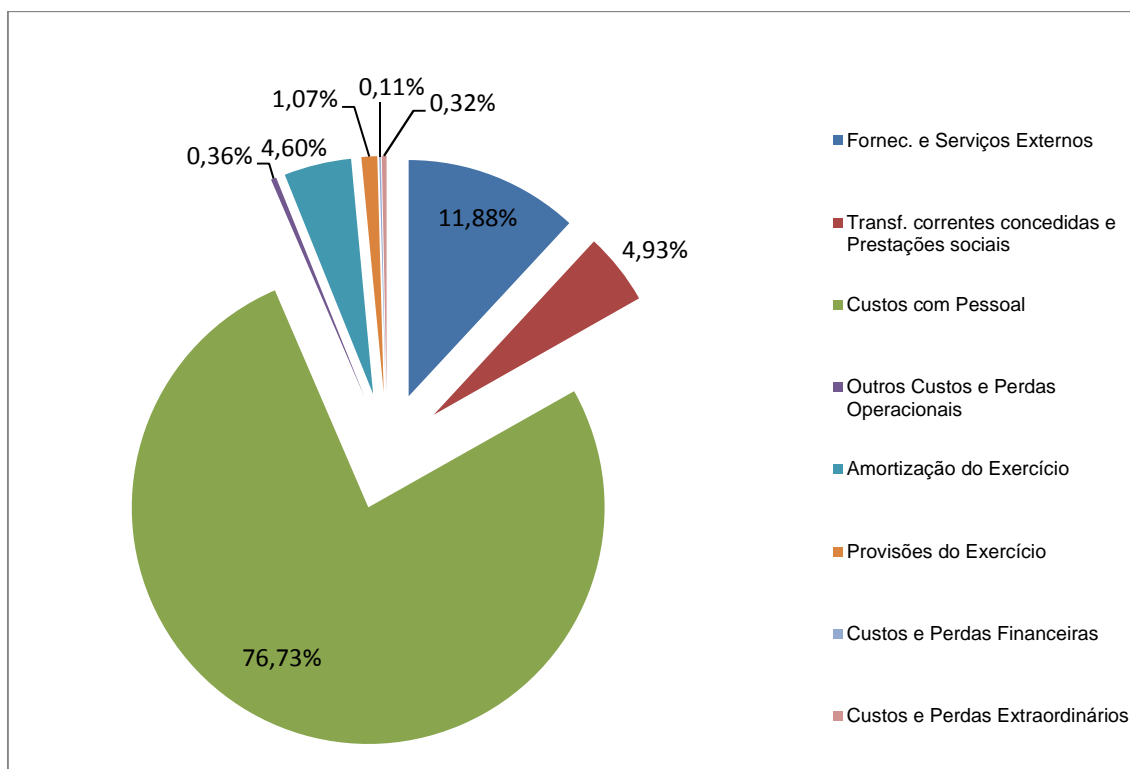
#### Quadro 11 – Estrutura de Custos

Estrutura de Custos	(em euros)	
	2014	2013
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	0	10.303
Fornec. e Serviços Externos	6.243.276	6.727.078
Transf. correntes concedidas e Prestações sociais	2.588.270	2.698.609
Custos com Pessoal	40.307.835	42.069.208
Outros Custos e Perdas Operacionais	186.965	123.110
Amortização do Exercício	2.418.536	2.541.985
Provisões do Exercício	560.655	603.947
Custos e Perdas Financeiras	56.263	43.188
Custos e Perdas Extraordinários	170.576	392.077
<b>TOTAL</b>	<b>52.532.375</b>	<b>55.209.504</b>

Segundo o gráfico abaixo, pode-se observar que do total de custos, destacam-se os custos com o pessoal, com uns significativos 76,73%, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, onde se incluem as aquisições de materiais necessários ao funcionamento corrente da Universidade, com 11,88%.

As transferências correntes concedidas – onde se incluem as bolsas no âmbito de mobilidade de estudantes e investigação atribuídas – representam 4,93% e as amortizações do exercício representam 4,60% do total dos custos da Universidade do Algarve.

**Gráfico 3 – Estrutura de Custos – 2014**



Numa análise particular aos fornecimentos e serviços externos destacam-se os designados encargos comuns da instituição, como sejam os custos com a eletricidade, água, combustíveis, comunicações, limpeza, vigilância das instalações, seguros e conservação e reparação.

Os custos com fornecimentos e serviços externos registam uma diminuição de – 483.802€ ( - 7,19%)

**Quadro 12 – Comparação dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2014 e 2013**

(em euros)

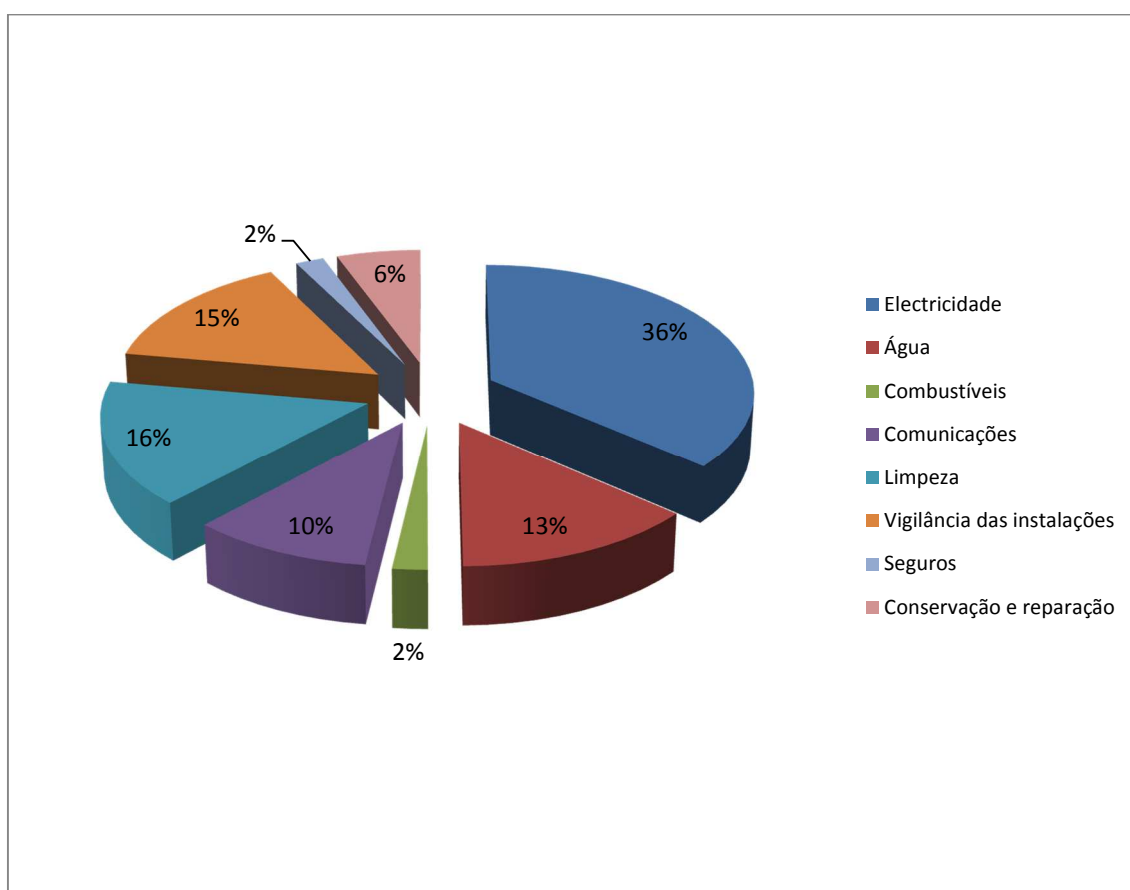
Fornecimentos e Serviços Externos	2014	2013
Eletricidade	1.079.787	1.146.240
Água	402.084	448.766
Combustíveis	58.100	59.946
Comunicações	298.424	665.244
Limpeza	468.992	565.958
Vigilância das instalações	436.257	422.889
Seguros	56.734	44.750
Conservação e reparação	167.378	166.093
<b>TOTAL</b>	<b>2.967.756</b>	<b>3.519.887</b>

A maior redução verifica-se na componente de comunicações que regista um decréscimo de -366.820€, representando uma variação percentual de -55,14%.

É de referir que em 2013, foi extraordinariamente suportado na componente de Comunicações – Acessos à internet, o custo do acesso à base de dados da Biblioteca Científica online (b-on) no montante de 186.846€, bem como o licenciamento e acesso a softwares e outras bases de dados.

Também as componentes de eletricidade, limpeza e água apresentam reduções de -66.453€, -96.966€ e -46.683 €, respetivamente.

**Gráfico 4 – Fornecimentos e Serviços Externos - 2014**



O Gráfico acima indica-nos a distribuição dos custos com fornecimentos e serviços externos, verificando-se que os de maior peso são a Eletricidade com 36%, a Limpeza com 16%, a Vigilância das Instalações com 15%, o consumo de Água com 13% e as Comunicações com 10%. Os valores mais baixos respeitam a Conservação e Reparação (6%), aos Seguros (2%) e aos Combustíveis (2%).

Analisando outras contas significativas de fornecimentos e serviços externos, teremos o quadro seguinte:

**Quadro 13 – Comparação de Outros Fornecimentos e Serviços em 2014 e 2013**

(em euros)

<b>Outros Fornecimentos e Serviços</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Honorários	291.542	347.559
Material de escritório	64.910	72.933
Despesas de representação	67.035	70.972
Deslocações e estadas	414.770	318.124
Publicidade	107.002	88.956
Trabalhos especializados	1.046.573	1.195.598
Produtos químicos (reagentes)	394.144	356.696
<b>TOTAL</b>	<b>2.385.975</b>	<b>2.450.839</b>

Estes outros fornecimentos e serviços externos, registam uma variação negativa de -64.864€.

De salientar as reduções expressivas em trabalhos especializados de -149.026€ e em Honorários de -56.017€.

Por outro lado, os custos com deslocações e estadas, produtos químicos (reagentes) e publicidade, registam aumentos de 96.646€, 37.448€ e 18.046€, respetivamente.

Fazendo uma análise detalhada aos Custos com o Pessoal temos a comparação entre os anos de 2014 e 2013 no quadro abaixo.

**Quadro 14 – Comparação dos Custos com o Pessoal em 2014 e 2013**

(em euros)

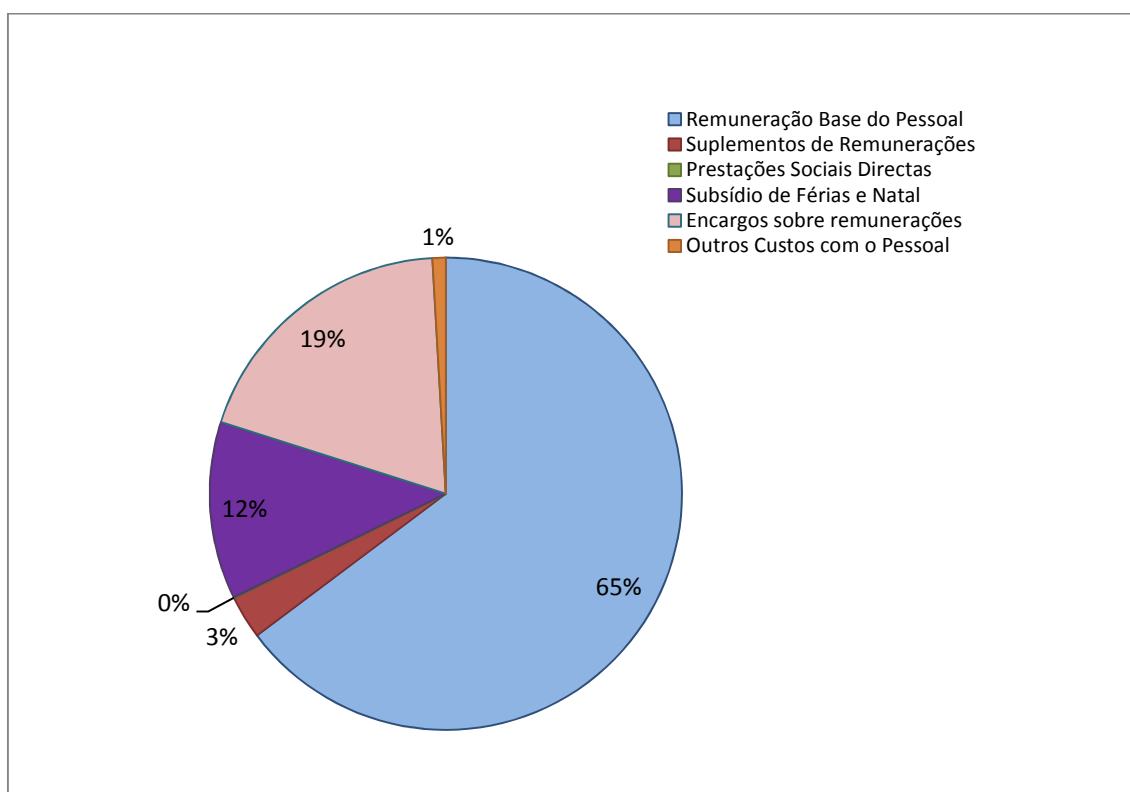
<b>Custos com o Pessoal</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Remuneração Base do Pessoal	26.100.193	28.528.130
Suplementos de Remunerações	1.189.848	1.210.680
Prestações Sociais Diretas	24.297	25.298
Subsídio de Férias e Natal	4.897.279	4.599.821
Encargos sobre remunerações	7.724.347	7.478.847
Outros Custos com o Pessoal	371.870	226.432
<b>TOTAL</b>	<b>40.307.835</b>	<b>42.069.208</b>

Os custos com pessoal de 2013, encontram-se influenciados pelas políticas e orientações emanadas pelo Estado, no que respeita ao pagamento do Subsídio de Férias. Assim, e uma vez que o Orçamento de Estado de 2013, previa a suspensão do pagamento do Subsídio de Férias, não foi o

correspondente montante especializado em 2013 no montante previsível de 2.430.000€, pelo que, para efeitos de comparação, deverá este valor ser deduzido ao custo do exercício de 2013.

Observando o Gráfico dos custos com o pessoal, a esmagadora maioria de 65%, diz respeito a Remunerações Base do Pessoal, seguidos dos Encargos sobre as Remunerações com 19% do total e a conta de Subsídio de Férias e Natal com 12%. Os Suplementos de Remunerações representaram 3%.

**Gráfico 5 – Custos com Pessoal**



No que concerne às amortizações do exercício, constantes do quadro seguinte, verificamos que houve uma redução de -4,86%. No computo geral, verificou-se um decréscimo das amortização em -123.450€.

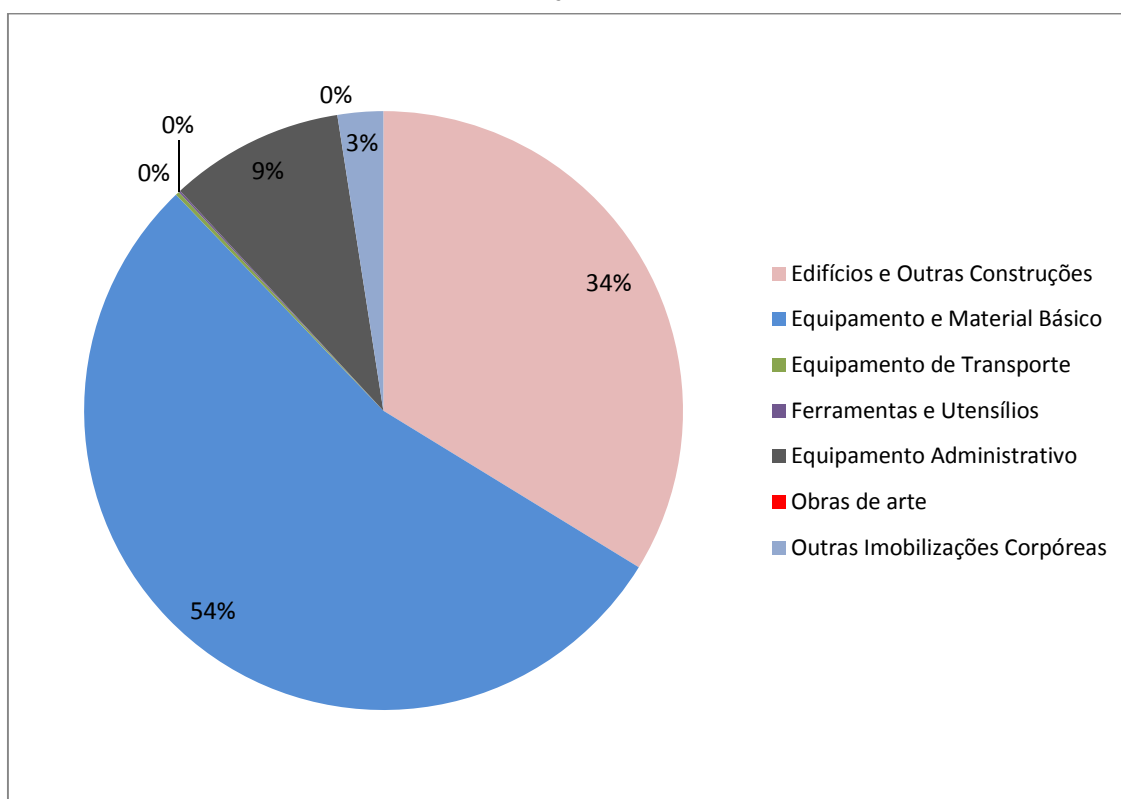
**Quadro 15 – Comparação das Amortizações do Exercício em 2014 e 2013**

(em euros)

Amortizações do Exercício	2014	2013
Edifícios e Outras Construções	816.517	810.673
Equipamento e Material Básico	1.307.405	1.481.200
Equipamento de Transporte	4.955	2.920
Ferramentas e Utensílios	2.171	2.085
Equipamento Administrativo	227.647	177.875
Obras de arte	0	0
Outras Imobilizações Corpóreas	59.841	67.232
<b>TOTAL</b>	<b>2.418.536</b>	<b>2.541.985</b>

Analisando o gráfico abaixo sobre as amortizações no ano, o maior peso são as relativas a Equipamento e Material Básico, com 54% do total, logo seguidas pelas amortizações relativas a edifícios e outras construções, com 34%. As amortizações do equipamento administrativo, representam 9%.

**Gráfico 6 – Amortizações do Exercício – 2013**



## **5. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados**

Transcreve-se, de seguida, o anexo às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação).

### **6.1 – Caracterização da Entidade**

#### **6.1.1 - Identificação**

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

A Universidade do Algarve tem a sua sede na cidade de Faro e dispõe de um Pólo em Portimão. Encontra-se sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência e tem a classificação orgânica 11.1.05.04.00. O seu número de identificação de pessoa coletiva é o 505 387 271.

A Universidade pode realizar ações com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

#### **6.1.2 - Legislação**

A Universidade de Algarve, foi criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de março, tendo os seus Estatutos sido homologados pelo Despacho Normativo n.º 198/91, de 24 de agosto, publicados no DR nº 211 – I Série B, de 13-09-1991, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 13002/2000 (2ª Série), publicado em DR nº 145 – II Série, de 26-06-2000, Despacho Normativo nº 2/2001, de 11 de dezembro, publicado no DR nº 10 – I Série B, de 12-01-2001 (1ª alteração) e Despacho Normativo nº 15/2002, de 20 de fevereiro, publicado no DR nº 65 – I Série B, de 18-03-2003 (integra a Escola Superior de Enfermagem de Faro na Universidade do Algarve, convertida em Escola Superior de Saúde de Faro, nos termos da Portaria nº 476/2003 publicada no DR nº 134 – I Série B, de 11 de junho de 2003).

A 10 de setembro de 2007 foi publicada a Lei n.º 62/2007, diploma que instituiu o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Essa lei implicou uma mudança significativa na organização da Universidade, que se traduziu na publicação de novos estatutos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 172.º.

Os atuais Estatutos da Universidade do Algarve foram homologados pelo Despacho Normativo nº 65/2008, publicado no DR – 2ª série nº 246 de 22 de dezembro – tendo entrado em vigor no dia útil seguinte.

### **6.1.3 - Estrutura Organizacional**

São órgãos da Universidade, de acordo com o artigo 19.º dos seus Estatutos:

- a) O Conselho Geral;
- b) O Reitor;
- c) O Conselho de Gestão;
- d) O Senado Académico.

De acordo ainda com o mesmo artigo dos Estatutos, “a Universidade disporá ainda de um órgão consultivo denominado Conselho Económico e Social”.

A Universidade dispõe ainda de um Fiscal Único, de acordo com o artigo 67.º dos seus Estatutos, que foi nomeado pelo Despacho n.º 23199/2009, de 1 de outubro de 2009, publicado no DR 2.ª série – N.º 205 de 22 de outubro de 2009.

A Universidade estrutura-se em unidades orgânicas, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais. As unidades orgânicas são unidades de ensino e de investigação e são designadas por Faculdade, no caso do ensino universitário, e por Escola Superior ou Instituto Superior, no caso do ensino politécnico (artigo 9.º dos Estatutos).

Na Universidade do Algarve existem as seguintes unidades orgânicas (artigo 10.º dos Estatutos):

- a) Faculdade de Ciências e Tecnologia;
- b) Faculdade de Economia;
- c) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;
- d) Escola Superior de Educação e Comunicação;
- e) Instituto Superior de Engenharia;
- f) Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo;
- g) Escola Superior de Saúde.

As unidades orgânicas gozam de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural e administrativa (artigo 10.º dos Estatutos) e dispõem dos seguintes órgãos (artigo 45.º dos Estatutos):

- a) O Diretor;
- b) O conselho científico, nas Faculdades;
- c) O conselho Técnico-Científico, nas Escolas;
- d) O Conselho Pedagógico.

A Universidade dispõe ainda de Serviços de Ação Social (artigo 12.º dos Estatutos). Os Serviços de Ação Social são uma Unidade Orgânica dotada de autonomia administrativa e financeira, encontram-se sujeitos à fiscalização do fiscal único e as suas contas são consolidadas com as da Universidade (artigo 58.º dos Estatutos). A estrutura destes serviços, funcionamento e competências são reguladas pelo Decreto-Lei nº 129/93 de 22 de abril de 1993 e pelo regulamento orgânico dos Serviços de Ação Social.

A Biblioteca da Universidade é uma unidade funcional, dotada de autonomia administrativa, que acolhe todas as bibliotecas da instituição e as áreas da informação e documentação (artigo 59.º dos Estatutos).

A Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada é uma unidade funcional da Universidade e tem como objetivo apoiar a expansão qualitativa e diversificada da investigação científica, bem como as linhas de formação pós-graduada (artigo 61.º dos Estatutos).

#### **6.1.4 – Descrição sumária das Atividades**

A Universidade do Algarve é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e do conhecimento humanístico, artístico, científico e tecnológico, contribuindo para a promoção cultural e científica da sociedade, com vista a melhorar a sua capacidade de antecipação e resposta às alterações sociais, científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento das comunidades, em particular da região do Algarve, para a coesão social, promovendo e consolidando os valores da liberdade e da cidadania (artigo 2.º dos Estatutos).

A Universidade tem por fins:

- a) A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional, através de cursos de ensino superior e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e formação;
- b) A realização de investigação de alto nível e o desenvolvimento experimental;
- c) A colaboração com entidades públicas e privadas, através do estabelecimento de protocolos, convénios, consórcios e parcerias;
- d) A promoção da internacionalização das suas atividades através do intercâmbio científico, educacional, tecnológico e cultural com outras instituições, apoio à projeção internacional das suas atividades, contribuição para a cooperação internacional e a promoção da língua e cultura portuguesas;
- e) A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, designadamente a permanente autoavaliação das suas atividades, formas de recrutamento e seleção de estudantes, docentes e investigadores que assegurem o juízo de mérito de forma independente, condições para a formação, qualificação e o desenvolvimento profissional de docentes, investigadores e pessoal não docente, a promoção da qualidade de vida e do trabalho dos estudantes, a instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito e a apoiar as atividades que valorizem a Universidade, o fomento da realização pessoal dos seus membros, a dinamização de plataformas virtuais e mecanismo de ensino à distância, suportes de redes alargadas de intervenção e de qualificação.

À Universidade compete a concessão de graus e títulos académicos, graus e títulos honoríficos, designadamente o grau de doutor *honoris causa*, e de outros certificados e diplomas, bem como a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

#### **6.1.5 – Recursos Humanos**

No ano económico de 2014, os órgãos de governo da Universidade tinham os seguintes titulares:

##### Conselho Geral (2014)

Presidente:

- Prof. Doutor Luís Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães

Representantes dos Professores:

- Amílcar Manuel Marreiros Duarte
- Ana Cristina Hurtado de Matos Coelho

- Armando da Conceição Costa Inverno (após 16.07.2014)
- Artur Henrique Ribeiro Gonçalves (após 12.03.2014)
- Carina Infante do Carmo
- Filipe Jorge Gamboa Martins Nave (após 12.03.2014)
- Francisco João Magalhães Calhau
- Francisco Manuel Dionísio Serra
- Jacinta Fernandes ( após 15.10.2014)
- José António de Sousa Moreira
- José Eusébio Palma Pacheco
- Ludgero dos Santos Sequeira (até 02.04.2014)
- Maria João da Anunciação Franco Bebianno
- Nídia Maria Dias Azinheira Rebelo Braz
- Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho
- Paulo José Garcia de Lemos Trigueiros de Martel
- Pedro Alfonso Ferré da Ponte (até 16.07.2014)
- Roberto Carlos Rodrigues Laranja
- Rui José da Cunha de Sousa Nunes
- Saúl Neves de Jesus

Representantes dos Estudantes:

- Bruno Manuel Pinto Araújo
- Filipa de Jesus Ferreira Braz da Silva
- Filipe Miguel do Carmo Faria
- Luis Miguel Ramos Baltazar
- Pedro Manuel Bengala Vitorino
- Rui Pedro Talhadas dos Santos
- Teresa Sofia Abegão Valente de Jesus Martins (após 02.04.2014)

Representante do Pessoal Não Docente e Não Investigador

- Maria Carlos da Assunção Alho Ferreira, Dr.<sup>a</sup>

Membros Externos:

- Alfonso Vargas Sanchez, Prof. Doutor
- Alfredo Bruto Costa, Dr.
- João Ferreira do Amaral, Dr. ( após 16.07.2014)
- João Augusto Castel -Branco Goulão, Dr.
- José António de Campos Correia, Eng.<sup>o</sup>
  
- Lidia Guerreiro Jorge ( após 17.12.2014)

- Pedro Gonçalves de Meireles Coelho, Dr.
- Rui Fernando Vieira Nery, Prof. Doutor
- Sandra Isabel Correia
- Vitor José Cabrita Neto, Dr.

#### Reitor e Equipa Reitoral

##### Reitor:

- Professor Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco

##### » Vice-Reitores:

- Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas
- Prof. Doutor Tomasz Boski ( até 01.08.2014)
- Prof. Doutor Pedro Alfonso Ferré da Ponte ( após 01.09.2014)

##### » Pró-Reitores:

- Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Gabriela Figueiredo de Castro Schütz
- Prof. Doutor Paulo Manuel Roque Águas
- Prof. Doutor António Eduardo de Barros Ruano

##### Administrador:

- Lic. João Manuel Paulo Rodrigues.

#### Diretores das Unidades Orgânicas:

##### Faculdade de Ciências e Tecnologia:

- Professor Doutor Rui Manuel Cabral e Silva

##### Faculdade de Economia:

- Professor Doutor Efigénio da Luz Rebelo (até 15.12.2014)
- Professor Doutor Rui José da Cunha de Sousa Nunes (após 15.12.2014)

##### Faculdade de Ciências Humanas e Sociais:

- Professora Doutora Mirian Estela Nogueira Tavares

##### Escola Superior de Educação e Comunicação:

- Professor Doutor António Manuel da Conceição Guerreiro.

##### Instituto Superior de Engenharia:

- Mestre Ilídio da Encarnação Jesus Neto Mestre

##### Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo:

- Professor Doutor Francisco Manuel Dionísio Serra.

##### Escola Superior de Saúde:

- Professora Doutora Maria Palma Mateus (após 14.02.2014)

#### Diretores de Serviço:

#### Serviços Académicos:

- Lic. Maria Carlos Assunção Alho Ferreira

#### Serviços Financeiros e Patrimoniais:

- Lic. Carlos Filipe Martins do Nascimento

#### Serviços de Recursos Humanos:

- Lic. Sílvia Flora Guerreiro Morgado André Cabrita

#### Serviços Técnicos:

- Mestre Ana Paula Neto Ferreira

#### Serviços de Informática:

- Mestre Joel David Valente Guerreiro

De acordo com o Balanço Social para o ano de 2014, o número de funcionários é de 1.163 (31 de Dezembro de 2013: 1.124 funcionários), discriminado da seguinte forma:

Dirigente superior: 4

Dirigente intermédio: 19

Técnico Superior: 126

Assistente técnico: 134

Assistente operacional: 78

Informático: 32

Pessoal de investigação científica: 8

Pessoal docente ensino universitário: 394

Pessoal docente ensino superior politécnico: 368

### **6.1.6 - Organização contabilística**

#### Organização contabilística:

A contabilidade patrimonial, baseada no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da educação – POC-Educação – previsto na Portaria 794/2000, de 20 de setembro, foi introduzida na Universidade do Algarve no início do ano de 2004. A Universidade encontra-se organizada por centros de financeiros, possuindo cada um deles capacidade para gerar receitas e efetuar despesas.

Como a Universidade se encontra organizada por unidades orgânicas, os serviços de contabilidade encontram-se descentralizados, existindo um sector de contabilidade em cada uma das unidades

orgânicas e uma secção de contabilidade nos serviços centrais. No ano de 2008, foram centralizadas as operações ligadas à contabilidade patrimonial, começando esse procedimento pelos movimentos relacionados com despesas e operações diversas. No ano de 2009, centralizaram-se as operações relativas ao registo da receita. Assim, os serviços de contabilidade das unidades orgânicas realizaram até 2011, registos apenas na contabilidade orçamental. Com a implementação do SIGESTUALG, no exercício de 2012 os serviços de contabilidade das Unidades Orgânicas passaram a efetuar operações contabilísticas, quer ao nível da contabilidade orçamental, quer ao nível da contabilidade patrimonial.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade Pública (Decreto - Lei 232/97, de 3 de setembro), do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (Portaria 794/200, de 20 de setembro), de acordo com orientações emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e ainda nos moldes tradicionais de contabilidade unigráfica.

Todos os critérios utilizados para o registo dos factos patrimoniais e para a produção dos mapas de prestação de contas basearam-se nas diretrizes da Portaria 794/2000, de 20 de setembro, e em normas emanadas internamente.

A prestação de contas da Universidade do Algarve, relativa ao ano de 2005, foi apresentada, pela primeira vez, nos moldes previstos pelo POC-Educação, possuindo todos os documentos exigidos pelo Artigo 4.º da Portaria 794/2000, de 20 de setembro e seguindo as instruções do Tribunal de Contas Nº 1/2004, da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2ª Série, de 14 de fevereiro de 2004.

A prestação de contas relativa ao ano económico de 2006 foi também apresentada de acordo com o POC-Educação, o que incluiu, pela primeira vez, a certificação legal das mesmas, elaborada pela empresa de auditoria BDO bdc Associados – SROC, Lda.

Foi também em 2006 que a Universidade do Algarve apresentou, pela primeira vez, a sua conta consolidada, enquanto grupo público definido pelo n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro. As contas da Universidade foram consolidadas com as contas dos Serviços de Ação Social.

Para o ano económico de 2014, irá novamente a Universidade do Algarve apresentar as suas contas segundo o POC-Educação, sendo a sua conta certificada pela sociedade de revisores

oficiais de contas Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC Lda, fiscal único da Universidade do Algarve, nomeado pelo despacho conjunto do Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Despacho n.º 23199/2009 de 1 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 205, de 22 de outubro de 2009.

A Universidade do Algarve irá apresentar a sua conta consolidada com as seguintes entidades:

- Serviços de Ação Social;
- Associação Rádio Universitária do Algarve;
- Associação Algarve STP;

#### Manual de procedimentos:

Na Universidade do Algarve existem diversos manuais de procedimentos, que são objeto de atualização sempre que tal se revele necessário e legalmente obrigatório.

Os manuais de procedimentos em utilização na Universidade são os seguintes:

- Manual de procedimentos do Património – revisto em 2007;
- Manual de procedimentos de projetos de investigação;
- Manual de atribuição de bolsas – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos de gestão de terceiros – elaborado em 2007;
- Manual com a definição de método para cálculo da estrutura de custos para a Universidade do Algarve – elaborado em 2007;
- Manual de protocolos;
- Manual da aplicação do IVA *pró rata* – elaborado em 2007 e atualizado anualmente;
- Manual de procedimentos das receitas da Biblioteca Central – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da elaboração do orçamento – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da consolidação da conta – elaborado em 2007;
- Manual de Acréscimos e Diferimentos – elaborado em 2008;
- Regulamento de Fundo de Maneio aprovado em 2011.
- Manual de controlo interno aprovado em 24.11.2014.

Em paralelo criaram-se diversos procedimentos internos, de forma a aumentar a eficiência no tratamento contabilístico das diversas operações financeiras, que são comunicados na sua maioria via correio eletrónico, ou publicados na página eletrónica dos Serviços, via *intranet*.

#### Descrição Sumária da Organização do arquivo dos documentos de suporte

- Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a nota de encomenda, o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente). Estes processos estão arquivados por classificação económica e ordem de registo. Os pedidos de autorização de pagamento, e respetivas aprovações são arquivados sequencialmente por ordem de registo. Os recibos são arquivados por ordem alfabética da designação do fornecedor.
- Receitas – Arquivados por processo de receita do qual faz parte a emissão da fatura, o registo do proveito, o comprovativo do recebimento, a liquidação e a cobrança da receita.
- Outras operações – Existe um arquivo de lançamento de operações diversas, ou seja todas as operações que não têm diretamente um documento de despesa ou de receita, nomeadamente abates, pedido de libertação de créditos, transferências entre contas bancárias, guias de descontos, etc. Estes processos encontram-se arquivados por número de registo. Existe igualmente um arquivo próprio para as operações de final do ano económico.

A Universidade do Algarve não possui demonstrações financeiras intercalares, no entanto para conferência periódica são emitidos balancetes analíticos e sintéticos, tanto da contabilidade orçamental, como da contabilidade patrimonial.

Nos termos da legislação em vigor para o ano económico em análise (2013), foram publicados a Lei do Orçamento (Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro de 2013), o Decreto de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 52/2014 de 07 de abril de 2014) e Circulares da Direcção-Geral do Orçamento (DGO). A UAlg presta mensal e trimestralmente contas, na ótica orçamental e patrimonial, aos órgãos de tutela – Ministério da Educação e Ciência e Ministério das Finanças.

#### Sistema de informação:

A aplicação informática na área da Contabilidade é a aplicação SIGESTUALG (ERP com base em SAP). Esta aplicação é composta pelos seguintes módulos: Módulo de Contabilidade (FI) Modulo de Gestão Orçamental (PSM), Módulo de Gestão de Projetos (PS Projetos), Módulo de Faturação (SD), Módulo de Gestão do Património (AA), Modulo de Aprovisionamento (MM), Modulo de Gestão de Contratos (PS Contratos), Modulo de Contabilidade Analítica (CO) e Modulo de Recursos Humanos (HR). Estes módulos encontram-se integrados entre si.

O sistema de Gestão Financeira permite uma visão, com o mesmo nível de detalhe, quer do nível mais baixo (parcial), quer do topo da pirâmide (global), com a correspondente obtenção das demonstrações financeiras da Universidade de Algarve.

A atividade dos Serviços Académicos é suportada pela aplicação *Sophia* que disponibiliza vários tipos de serviços através de tecnologias *web*.

#### **6.1.7 - Outra informação considerada relevante**

a) Revisão dos registos contabilísticos

São objeto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com os *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial.

b) Reconciliações bancárias

As reconciliações bancárias são efetuadas mensalmente. Sempre que se verificam diferenças, as mesmas são averiguadas e prontamente regularizadas.

No final do ano económico, é feita uma reconciliação global entre os valores registados nas contas bancárias e o valor de saldo apurado para integração no ano seguinte, na ótica da contabilidade pública.

### **6.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração do Resultados por Natureza do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013**

#### **Introdução**

A Universidade de Algarve, adiante designada por Universidade, utilizou, pela primeira vez em 2004, um sistema de contabilidade digráfico, em paralelo ao sistema do controlo orçamental, sistema unigráfico, da contabilidade pública. A contabilidade pública ou orçamental, tem como objetivo principal a verificação e controlo da legalidade das despesas e receitas, efetuando registos contabilísticos com reporte à data do seu pagamento e do seu recebimento, enquanto que os registos na contabilidade patrimonial assentam numa ótica de direitos e obrigações.

A prestação de contas do exercício de 2004 foi apresentada segundo as Instruções para a Organização e Documentação das Contas dos Fundos, Organismos e Serviços com contabilidade orçamental do Tribunal de Contas, publicado no Diário da República I Série de 13 de novembro de 1985.

A partir do exercício de 2005, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria 794/2000 de 20 de setembro.

Apresentam-se as peças contabilísticas de acordo com a Instrução n.º 1/2004 – 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República – II Série, de 14 de fevereiro de 2004.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC - Educação). Os números não indicados neste Anexo não são aplicáveis, ou não são relevantes, para a prestação de contas da Universidade.

### **6.2.2 - Valores Comparativos**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2013.

### **6.2.3 - Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos**

#### **Imobilizado corpóreo e incorpóreo e amortizações**

##### **1 Imobilizações corpóreas e incorpóreas**

As imobilizações adquiridas até 31 de dezembro de 2014 encontram-se registadas pelo custo histórico de aquisição, o qual, no caso dos edifícios e outras construções, para além do custo de construção, inclui também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projetos de arquitetura.

Na nota 6.2.32 encontra-se um quadro exemplificativo com os valores considerados para a construção do balanço inicial em 01/01/2004, onde constam os custos históricos considerados.

Os bens móveis ou imóveis ainda não foram sujeitos a qualquer avaliação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e pelo regime duodecimal, exceto para os Edifícios e para os Veículos em que se utiliza o método das quotas anuais.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas pela Portaria n.º 378/94 de 16 de Junho ou Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 1999.

As taxas médias de amortização são as seguintes:

**Quadro 16 – Taxas de Amortização**

Edifícios e outras construções	1,25 %
Outras construções	5 %
Equipamento de transporte	12,5 %
Equipamento básico	20 %
Equipamento informático	25 %
Equipamento administrativo	12,5 %

Relativamente aos edifícios da UAlg, os seguintes imóveis registados no património têm taxas de amortização distintas:

- Pré-fabricados (Pólo de Portimão) – taxa de amortização: 25%;
- Hangar pré-fabricado – taxa de amortização: 25%;
- Anfiteatro do Pólo de Portimão (obras de beneficiação) – taxa de amortização: 10%.

Estas taxas distintas foram calculadas com base na vida útil expectável dessas construções diversas, tendo sido apurada uma vida útil de quatro anos para os pré-fabricados e uma vida útil de dez anos para as obras de beneficiação no anfiteatro.

O Conselho Administrativo aprovou a 18 de janeiro de 2008, a seguinte tabela de amortizações, a partir da classificação CIBE, para as quais o CIBE não prevê qualquer taxa de amortização.

**Quadro 17 – Classificação CIBE**

<b>Classificação CIBE</b>	<b>Designação</b>	<b>Taxa amortização (anual)</b>
106 05 01	Cartas fotográficas	100%
106 05 02	Cartas topográficas	100%
106 05 03	Documentos com valor histórico	0%
106 05 04	Enciclopédias	50%
106 05 05	Gravuras	100%
106 05 06	Livros	25%
106 05 07	Mapas	100%
106 05 08	Revistas científicas e técnicas	100%
106 05 09	Roteiros	100%
106 05 99	Outras publicações e documentos	100%

## **2 Investimentos financeiros**

As participações financeiras apresentadas no balanço estão expressas pelo respetivo custo de aquisição.

## **3 Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação.

## **4 Reconhecimento de proveitos**

O reconhecimento dos proveitos ocorre no momento da emissão de uma fatura (nomeadamente a elaboração de estudos, aluguer de equipamentos e instalações, análises laboratoriais).

As transferências obtidas provenientes do Quadro Comunitário de Apoio, da União Europeia, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e de outros organismos públicos e privados que se destinam a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício ("Subsídio à Exploração") na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências recebidas para financiar despesas de capital são diferidas no balanço na rubrica de "Proveitos Diferidos", sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de "Ganhos Extraordinários", em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

O *plafond* do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como proveito do exercício (Subsídio à Exploração) no momento da sua atribuição, por débito de uma conta do ativo "Outros Devedores – Devedores por transferências", sendo esta conta creditada com os recebimentos das Solicitações de Transferências de Fundos (STF) efetuadas mensalmente.

A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida no balanço na rubrica de "Proveitos Diferidos", sendo transferida para proveitos através da rubrica de "Ganhos Extraordinários", em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

## **5 Reconhecimento de custos**

A Universidade regista os seus custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os custos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos.

## **6 Provisões**

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas tendo por base os riscos de cobrança identificados no final do exercício. Para a criação das provisões foram considerados os clientes em mora há mais de 365 dias com exceção das Instituições Públicas (Estado em sentido lato), de acordo com o ponto 2.7.4 do POC-Educação.

As provisões para processos judiciais em curso são calculadas tendo por base o risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa ao risco expectável.

Em 2014, encontra-se constituída uma provisão para riscos e encargos para o processo nº 171/12.3BELLE no valor de 149.999€, tratando-se de uma indemnização por danos patrimoniais e morais. De acordo com a sentença proferida relativamente a este processo, a UAlg foi absolvida. Tendo os autores interposto recurso, uma vez que se desconhece o desfecho deste processo, considera-se prudente manter esta provisão.

De salientar que, existem outros processos interpostos por terceiros, no entanto foi entendimento da UAlg que os mesmos não irão resultar em qualquer encargo para a Universidade.

## **7 Enquadramento fiscal**

A Universidade é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas IRC, uma vez que se encontra sujeita a este imposto apenas por via da retenção na fonte relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais. A Universidade não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos.

A partir de 01/01/2008, a Universidade do Algarve utilizou o regime do IVA *pró rata*, exceto no que concerne às aquisições de bens e serviços para a Investigação não comercial (investigação pura), do qual o IVA é deduzido pelo regime de afetação real. De referir que, até ao ano de 2008, a Universidade do Algarve somente liquidava o IVA.

## 6.2.6 – Comentários à conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento”

A conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” não apresenta qualquer valor.

## 6.2.7, 6.2.8 e 6.2.12 – Movimentos Ocorridos nas Rubricas do Ativo Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

Pretende-se, nestes pontos, realizar uma análise aos movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

**Quadro 18 – Ativo Bruto**

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Alienações, Abates e regularizações	Transfe-rências	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>					
· Despesas Inv. Desenvolvimento	0	0	0	0	0
· Propriedade indust. e outros direitos	17.726	0	0	0	17.726
· Imob. Incorpóreas em curso	576.113	229.382	114.691	(690.805)	0
	<b>593.840</b>	<b>229.382</b>	<b>114.691</b>	<b>-690.805</b>	<b>17.726</b>
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>					
· Terrenos e recursos naturais	788.176	0	0	0	788.176
· Edifícios e outras construções	60.696.683	1.172.728	736.743		61.132.667
· Equipamento e material básico	29.076.150	1.083.362	194.100	4.451	29.969.863
· Equipamento de transporte	670.637	97.693	48.847	0	719.483
· Ferramentas e utensílios	188.848	566	4.609	0	184.805
· Equipamento administrativo	12.298.935	821.542	246.300	690.805	13.564.982
· Taras e Vasilhame	483	0	0	0	483
· Obras de arte	54.802	0	0	0	54.802
· Outras imobilizações corpóreas	4.933.142	9.841	721	0	4.942.262
· Obras em curso	114.852	2.030.635	1.044.591		1.100.895
· Equipamento Básico em Curso	800	4.750	54	(4.451)	1.045
· Adiant. por conta imob. corpóreas	460.098	157.720	336.051	0	281.766
	<b>109.283.605</b>	<b>5.378.838</b>	<b>2.612.017</b>	<b>690.805</b>	<b>112.741.231</b>
	<b>109.877.445</b>	<b>5.608.220</b>	<b>2.726.708</b>	<b>0</b>	<b>112.758.957</b>

## 6.2.7 – Amortizações e provisões

**Quadro 19 – Amortizações e Provisões**

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
· Despesas Inv. Desenvolvimento	0	0	0	0
· Propriedade indust. e outros direitos	0	0	0	0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
· Edifícios e outras construções	14.080.584	1.101.275	-284.758	14.897.101
· Equipamento e material básico	25.537.717	1.307.405	-107.014	26.738.109
· Equipamento de transporte	664.796	4.955	0	669.752
· Ferramentas e utensílios	183.192	2.171	-4.609	180.753
· Equipamento administrativo	11.987.583	258.813	-177.315	12.069.080
· Taras e Vasilhame	483	0	0	483
· Obras de Arte	1.372	0	0	1.372
· Outras imobilizações corpóreas	4.674.781	59.841	0	4.734.622
	<b>57.130.509</b>	<b>2.734.460</b>	<b>-573.696</b>	<b>59.291.272</b>
	<b>57.130.509</b>	<b>2.734.460</b>	<b>-573.696</b>	<b>59.291.272</b>

### Terrenos e Recursos Naturais

Esta rubrica inclui, fundamentalmente, os terrenos onde estão implantados os edifícios da Reitoria, Unidades Orgânicas, dos Serviços, dos Complexos Pedagógicos, Biblioteca, Laboratórios e Arranjos Exteriores.

O custo de aquisição dos terrenos foi de 788.176,37€. Em 2014, esta conta não sofreu qualquer aumento.

### Edifícios e outras construções

Esta rubrica inclui a construção dos edifícios da Reitoria, das Unidades Orgânicas, dos Serviços, Complexos Pedagógicos, Biblioteca, Laboratórios, Arranjos Exteriores e outros bens imobiliários.

De salientar, que não se considerou o imóvel da Escola Superior de Saúde de Faro por não ter sido possível incluir o seu custo de construção, uma vez que este edifício não pertence ao património da Universidade, por falta da publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei 99/2001, de 28 de Março.

Foi também suportado pelo orçamento da Universidade e encontra-se patente no Balanço o valor incorrido com a ampliação de salas de aula, no edifício da Escola Superior de Saúde, considerado como implementação em propriedade alheia, uma vez que e tal como já foi referido, o edifício dessa Escola não constitui património da Universidade.

### **Equipamento básico e administrativo**

Inclui, fundamentalmente, o equipamento informático, o equipamento de laboratório, o mobiliário de ensino e de investigação. De salientar que, não se considerou o equipamento da Escola Superior de Saúde de Faro, por não ter sido possível incluir o seu custo de aquisição, uma vez que os mesmos não constituem património da Universidade por falta da publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei 99/2001, de 28 de Março.

### **Equipamento de transporte**

Esta rubrica inclui os veículos ligeiros, de mercadorias, tratores, autocarros e barcos adquiridos pela Universidade do Algarve. O valor registado é de 719.483€.

### **Alienações e Abates**

Os abates efetuados no ano de 2014 devem-se essencialmente à obsolescência do equipamento e transferência de equipamento no âmbito de projeto de investigação.

### **Imobilizado em curso**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ocorreram transferências de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo, relativo a equipamento em curso.

No final de 2014, o imobilizado em curso é o que se discrimina no quadro abaixo

**Quadro 20 – Imobilizado em Curso**

(em euros)	
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>Investimento</b>
Imobilizações Incorpóreas em curso	0
Obras em curso	1.100.895
Equipamento básico em curso	1.045
Adiantamento p/ conta imobilizações corpóreas	281.766
	<b>1.383.707</b>

O valor acima indicado diz essencialmente respeito à empreitada de Construção do Edifício para o Curso da Medicina, bem como o valor do adiantamento prestado no âmbito desta empreitada.

### Cedência de Bens

Para a cedência de bens são cumpridas as disposições legais exigidas, ou seja, o equipamento apenas é cedido após autorização formal do dirigente máximo da instituição e aceitação por parte da instituição de destino. O documento inerente a este processo é um auto de cessão.

### 6.2.16 - Investimentos Financeiros

Assim, em 31 de dezembro de 2014, a Universidade do Algarve detém o valor de 82.609 € em investimentos financeiros, que se distribuem de acordo com o seguinte quadro:

**Quadro 21 – Investimentos Financeiros**

Designação	Sede	Participação	Custo de aquisição	(em euros)
				Capitais Próprios
Globalgarve, S A	Faro	1,37%	2.500	182.000
Ass. Centro de Incubação Empresas de Base Tec. Vasco da Gama	Sines	7,24%	5.000	69.080
AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve	Vilamoura	5,66%	3.741	66.091
Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve	Faro	60,00%	15.000	25.000
COTHN	Alcobaca	2,12%	1.500	70.750
CINTAL	Faro	20,00%	4.988	24.940
Fundação das Universidades Portuguesas	Coimbra	3,33%	49.880	1.496.394
			82.609	

Em 2014, por correção foram reconhecidas as participações nas seguintes entidades de direito privado:

- **COTHN** - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, no valor de 1.500€;
- **CINTAL** - Centro de Investigação Tecnológica do Algarve, no valor de 4.987,90€;
- **FUP** - Fundação para as Universidades Portuguesas, no valor de 49.879,79€.

**A Globalgarve, S.A.** é uma associação de desenvolvimento regional, que tem como objeto social, e de acordo com os seus estatutos, promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infraestruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a coletividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação.

Esta associação visa ainda:

- a) a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações visando o aproveitamento e potenciação de recursos;
- b) a promoção e execução de projetos interinstitucionais de informação, formação e desenvolvimento económico;
- c) a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional;
- d) a promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

A Associação Privada sem Fins Lucrativos - **Algarve STP – Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve** dedica-se à gestão do Instituto das Novas Tecnologias. O Instituto de Novas Tecnologias inserido no projeto de criação do Pólo Tecnológico do Algarve, a instalar no Parque das Cidades constituirá um importante impulso para acentuar a transferência de tecnologia e de conhecimento produzidos nas instituições de ensino e investigação da região para o mercado, estimulando o aparecimento de novas empresas e de novos projetos de desenvolvimento tecnológico com produção efetiva de valor acrescentado para o Algarve. Desta associação fazem parte a Universidade do Algarve, a Associação Nacional de Jovens Empresários, o Município de Loulé e de Faro.

A **Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama** é uma Associação sem Fins Lucrativos que tem por objeto a promoção do empreendedorismo de base tecnológica e a oferta de serviços complementares relevantes para a atividade económica regional, acolhendo nas suas instalações ideias, projetos e empresas que apresentam uma forte ligação com áreas de investigação e desenvolvimento tecnológico determinantes para a diversificação e fortalecimento do tecido empresarial da região. Esta associação tem sede no Concelho de Sines. Os associados promotores da Associação são: Município de Sines, o Instituto Politécnico de Beja, o Instituto Politécnico de Setúbal, a Universidade de Évora e a Universidade do Algarve.

A **AREAL, Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve** é uma associação sem fins lucrativos composta por diversas entidades locais e nacionais que atua em estreita cooperação com entidades internacionais congéneres. A missão da AREAL consiste em fomentar a eficiência energética e a utilização das energias renováveis em prol do desenvolvimento sustentável do Algarve. Promove a inovação energética regional desenvolvendo projetos que visam o recurso crescente a fontes de energias renováveis, ao incremento da eficiência e certificação energéticas através da introdução das mais recentes tecnologias.

O **Centro Cooperativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional**, designado também por **COTHN** foi constituído em 11 de Julho de 2001 na forma de associação privada tendo participado na sua fundação Organizações Agrícolas, Instituições de Ensino Superior, Entidades de Distribuição Comercial e Institutos Públicos.

O Centro foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento da fileira hortofrutícola, através da investigação, melhorar os conhecimentos no setor aprofundando a cooperação na área da tecnologia e cooperação. Pretende ainda fomentar a aproximação entre entidades públicas e privadas. Tal como previsto nos estatutos as áreas a desenvolver são:

- Promover e participar na investigação aplicada.
- Elaborar estudos e planos de desenvolvimento integrado do setor.
- Formar técnicos e dirigentes, em matérias tecnológicas e organizativas.
- Fornecer assistência ao marketing e gestão das entidades associadas.

A **Fundação das Universidades Portuguesas (FUP)** é uma entidade coletiva pública de natureza fundacional, regulada pelas leis aplicáveis, pela Lei nº 24/2012, de 9 de Julho e pelos estatutos da Fundação.

De acordo com os seus estatutos tem como finalidade fomentar estudos e formas de atuação para facilitar o relacionamento interuniversitário no plano nacional e internacional, promover a reflexão sobre o ensino universitário desenvolvendo a avaliação crítica e intensificar a inserção da Universidade na comunidade. Tem ainda como objetivo a concessão de bolsas.

O **Centro de Investigação Tecnológico do Algarve** designado por **CINTAL** foi constituído como associação privada sem fins lucrativos e rege-se pelos seus estatutos e disposições legais aplicáveis. Tem como principais objetivos:

- I&D nas áreas de Ciência e Tecnologia (C&T)
- Educação superior e formação.
- Prestação de serviços.

Foi criado com o objetivo de desenvolver a investigação e o desenvolvimento no domínio das ciências, tecnologias e educação, bem como a divulgação e a prestação de serviços.

#### **6.2.17 – Depósitos em instituições financeiras e caixa**

O mapa que se apresenta de seguida reporta-se a 31 de dezembro de 2014:

**Quadro 22 – Depósitos à Ordem e Caixa**

	(em euros)	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Depósitos à ordem		
· Caixa Geral de Depósitos	531.892	1.394.131
· Banco Santander Totta	181.637	181.508
· Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público	719.112	2.305.778
Depósitos em instituições financeiras	1.432.641	3.881.417
Caixa		
· Fundo de Caixa	26	12

#### **6.2.19 - Valores de Mercado dos Elementos do Ativo Circulante**

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o ativo circulante.

#### **6.2.23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa**

Em 31 de Dezembro de 2014 existiam dívidas de clientes de cobrança duvidosa, no montante de 177.399€ e dívidas de alunos de cobrança duvidosa, no montante de 2.423.187€ (ver o ponto 6.2.31). Estas dívidas respeitam a propinas de formação inicial e avançada, que foram calculadas por anos letivos (ver ponto 6.2.39). Está constituída uma provisão cobrindo a totalidade dos valores em dívida.

#### **6.2.26 - Estado e Outros Entes Públicos**

Em 31 de Dezembro de 2014 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

### Quadro 23 – Estado e Outros Entes Públicos

	(em euros)	
	2014	2013
Retenção do Imposto sobre o Rendimento	255	(11.341)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	41.245	29.038
Contribuições para a Segurança Social e ADSE	(108.016)	(106.751)
Caixa Geral de Aposentações	0	1.962
Imposto de Selo	0	(200)
	<u>(66.516)</u>	<u>(87.292)</u>

#### 6.2.27 – Dívidas a terceiros – Médias e longo prazo

No ano de 2014 não foram constituídas dívidas a médio e longo prazo.

#### 6.2.31 - Movimento ocorrido na rubrica de provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões analisa-se da seguinte forma:

#### Quadro 24 – Provisões

	(em euros)			
	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Provisão para cobranças duvidosas (Ver Nota 23)	2.329.393	787.918	516.725	2.600.586
Provisão para riscos e encargos	149.999	0	0	149.999
	<u>2.479.392</u>	<u>787.918</u>	<u>516.725</u>	<u>2.750.585</u>

#### 6.2.32 - Fundos Próprios

Esta rubrica analisa-se da seguinte forma:

#### Quadro 25 – Fundos Próprios

	(em euros)			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Património	1.087.160	0	0	1.087.160
Reservas	1.221.352	0	0	1.221.352
Resultados Transitados	(4.572.875)	1.820.166	2.528.363	(3.864.678)
Resultado Líquido	(1.820.166)	515.177	1.820.166	(515.177)
	<u>(4.084.529)</u>	<u>2.335.342</u>	<u>4.348.529</u>	<u>(2.071.343)</u>

## Património

Corresponde ao resultado da quantificação e valorização do património líquido efetuado com referência a 1 de Janeiro de 2004, data a partir da qual a Universidade de Algarve adotou, pela primeira vez, um sistema de contabilidade digráfico.

No quadro seguinte apresentam-se os valores considerados para o balanço inicial da Universidade do Algarve datado de 01/01/2004:

**Quadro 26 – Balanço Inicial a 01/01/2004**

	<b>Descrição</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>
12	Depósitos bancários	3.339.658,93	0,00
21	Dividas de terceiros	262.192,39	0,00
24/26	Dividas a Terceiros	0,00	79.815,83
27.3	Acréscimos de custos	0,00	4.481.834,14
27.4	Proveitos diferidos	0,00	54.095.965,39
41	Investimentos financeiros	4.994,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas - Ativo líquido	43.104.673,91	0,00
44	Imobilizado em curso	14.407.407,75	0,00
48	Amortizações acumuladas	0,00	
51	Dotação patrimonial inicial	0,00	2.461.311,62
	<b>TOTAL</b>	<b>61.118.926,98</b>	<b>61.118.926,98</b>

Em 2006, foi feita uma correção ao valor do património inicial, no valor de 514.557€, por ter sido detetado o lançamento incorreto do valor de um livro, quando da migração dos dados relativos aos bens inventariados em data anterior a 1 de Janeiro de 2004.

Assim sendo, o valor do património inicial da Universidade passou a ser de 1.946.754€.

A conta Património sofreu nova correção em 2007, de 864.360€, passando a apresentar um valor de 1.082.394€, devido ao movimento que corrigiu o registo de 2006 do reconhecimento da dívida à ADSE, que, quando do fecho de contas de 2006, foi erradamente considerado na conta de Resultados Transitados.

No ano de 2008, registou-se um aumento no capital de 4.766€ passando este a assumir o montante de 1.087.160€.

### **Reservas**

O valor constante na conta de reservas diz respeito às doações de livros de outras entidades ou particulares à Universidade do Algarve, assim como uma tela de projeção.

Por supressão da conta 58, cuja designação em 2012 é “Outros Acertos Patrimoniais”, onde estão registados os benefícios provenientes de ofertas e bens adquiridos a título gratuito, foi o saldo desta conta no valor de 175.893,16€ transferido para a conta 5762 – Reservas-Doações-Entidade Beneficiária.

Por outro lado, proveniente da extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, sofreu a conta 5762 – Reservas-Doações-Entidade Beneficiária, uma variação positiva no valor de 2.058,50€.

### **Resultados Transitados**

As variações ocorridas na conta Resultados Transitados correspondem, à aplicação do resultado líquido apurado no exercício de 2013 (1.820.166€ negativos).

A conta de Resultados Transitados, contempla também o reconhecimento das participações nas 3 entidades de direito privado (COTHN, CINTAL e FUP) no valor de 56.367,69€.

Salienta –se ainda, o reconhecimento de proveitos provenientes de Subsídios à Exploração destinados ao financiar despesas correntes incorridas no ano de 2013, no valor de 2.471.995€.

Por impossibilidade no seu adequado apuramento, este valor não foi reconhecido no exercício de 2013, tendo sido registado em 2014, por correção dos Resultados Transitados. Este facto não foi revelado nas contas de 2013, com influência relevante no valor do Resultado Líquido deste ano.

## 6.2.35 - Vendas e Prestações de Serviços

A rubrica de vendas e prestação de serviços analisa-se da seguinte forma:

**Quadro 27 – Vendas e Prestações de Serviços**

	(em euros)	
	2014	2013
Vendas	18.272	20.571
Prestação de serviços		
o Realização de trabalhos gráficos	5.298	7.533
o Outros serviços ao exterior:		
o Realização estudos	306.164	371.462
o Assistência Técnica	15.533	14.050
o Serviços de Laboratório	112.094	117.981
o Exames audiológicos e actos clínicos de avaliação	21.522	18.466
o Serviços diversos		
o Acções de Formação	96.772	115.556
o Inscrições em Seminários e Congressos	150.663	69.230
o Outros	41.632	52.360
	<u>749.677</u>	<u>766.637</u>
	<u>767.949</u>	<u>787.209</u>

A generalidade das prestações de serviços acima referida foi efetuada no mercado interno.

## 6.2.36 - Trabalhos para a própria empresa

Os valores considerados como trabalhos para a própria empresa é o custo da mão-de-obra de docentes e não docentes da Universidade do Algarve quando aplicados nas imobilizações em curso. Esta conta não regista qualquer movimento em 2014.

## 6.2.37 - Demonstração dos Resultados Financeiros

**Quadro 28 – Demonstração dos Resultados Financeiros**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
68.1	Juros suportados	17.410	14.235	78.1	Juros obtidos	13.052	1.536
68.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.037	637	78.5	Diferenças de câmbio favorável	843	136
68.8	Outros	36.984	28.315	78.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
				78.8	Outros	0	0
	Resultados Financeiros	-41.535	-41.516				
		13.895	1.671			13.895	1.671

## 6.2.38 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

**Quadro 29 – Demonstração dos Resultados Extraordinários**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
69.2	Dívidas incobráveis	0	0	79.1	Restituição de impostos	6.536	0
69.3	Perdas em existências	0	15.999	79.3	Ganhos em existências	0	1.523
69.4	Perdas em imobilizações	6.458	20.573	79.4	Ganhos em Imobilizações	12.915	0
69.5	Multas e penalidades	206	2.479	79.6	Redução de amortizações e provisões	178.188	173.522
69.7	Correcções relativas exercícios anteriores	159.798	343.562	79.7	Correcções relativas exercícios anteriores	289.857	1.374.272
69.8	Outros	4.114	9.465	79.8.1	Donativos	46.871	72.663
				79.8.2	Diferença de câmbios	6	0
				79.8.3	Subsídios ao investimento	1.230.323	1.718.841
				79.8.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	9.423	3.503
(79-69)	Resultados extraordinários	1.603.544	2.968.246				
		1.774.120	3.344.324			1.774.120	3.344.324

Nas Correções Relativas a Exercícios Anteriores, nas contas 69.7 e 79.7, encontram-se lançamentos diversos relacionados com custos e proveitos registados em 2014, mas que dizem respeito a exercícios anteriores e que não foram reconhecidos no ano correto.

## 6.2.39 - Outras Informações para Melhor Compreensão das Demonstrações Financeiras

### Fornecedores

No quadro seguinte analisa-se o volume de pagamentos por entidade fornecedora.

**Quadro 30 – Fornecedores c/c**

Fornecedores C/C	(em euros)
	2014
EDP - Serviço Universal, S.A.	1.067.458
Conforlimpa - (Tejo) -	439.690
Comansegur - Segurança Privada, S.A.	392.480
Fagar-Faro, Gestão de Águas e	365.874
Raso - Viagens e Turismo, S.A.	205.205
TecnoSpie, SA	157.641
A3ES-Agência de Avaliação e	132.180
Caixa Geral de Aposentações	107.967
Associação Académica da	99.735
Informática El Corte Inglés, SA	86.359
VWR International - Material	79.694
Cespa - Portugal, S.A.	75.088
SAP PT - Sociedade Unipessoal, Lda.	63.630
Smart Strategies, Unipessoal Lda.	60.277
Sigma-Aldrich Química, SL	58.205
NOVABASE	55.138
Innovatio Sansum Consultoria	53.136
Petrogal, SA	52.497
Outros inferiores a 50.000 euros	2.455.878
	<b>6.008.131</b>

Nos fornecedores de imobilizado, analisando igualmente o volume de pagamentos, constam as entidades associadas a empreitadas e aquisição de equipamento. De destacar, a empreitada de construção do Edifício para o Curso de Medicina (Costa e Carvalho, S.A.). Com valores expressivos, verificam-se também aquisições de equipamentos no âmbito da candidatura SAMA – Modernização Administrativa, nomeadamente na aquisição do Software SIGES (Sistema de Gestão Académica).

### Quadro 31 – Fornecedores de Imobilizado

<b>Fornecedores Imobilizado</b>	(em euros)
	<b>2014</b>
Costa & Carvalho, S.A.	705.502
Digitalis - Distribuição e Gestão	200.016
Algarelevo, Construções, Lda	114.052
Algardata, Sistemas	111.894
GE Healthcare Europe GmH -	94.526
Visualforma-Tecnologias de	70.920
Dias de Sousa - Instrument.	64.382
Nextiraone Portugal - Soluções e	54.803
Outros inferiores a 50.000 euros	771.547
	<b>2.187.640</b>

O Balanço apresenta no final de 2014 um valor de dívida a transitar para 2015 nas contas de fornecedores c/c e de fornecedores de imobilizado nos valores de 450.592€ e 694.927€ respetivamente, perfazendo um total de 1.145.519€. Tratam-se de compromissos assumidos, cujo pagamento não foi possível efetuar no ano económico de 2014 e que foi assim transferido para 2015.

A seguir, apresentam-se as dívidas por fornecedor:

### Quadro 32 – Fornecedores c/c – Dívidas

<b>Fornecedores c/c - Dívidas</b>	(em euros)
	<b>2014</b>
EDP - Serviço Universal, S.A.	95.635
Comansegur - Segurança Privada, S.A.	41.732
Fagar-Faro, Gestão de Águas e	35.253
Conforlimpa - (Tejo) -	34.524
Fundação p/ a Ciência e a	16.114
VWR International - Material	15.370
Arnaldo Matos Pereira-Gráfica	13.303
Tolnovate Consulting - Consultoria	13.078
Informantem - Informática e	11.395
NOVABASE	9.419
TecnoSpie, SA	9.154
Raso - Viagens e Turismo, S.A.	8.479
Good Moments - Industria Criativa	7.165
Ciencivil, Comerc. de Equip. p/	7.120
Gregório José Carvoeiro	7.112
Cespa - Portugal, S.A.	6.826

Veritate- Projectos e Fiscalização,	6.683
Sigma-Aldrich Química, SL	6.541
Petrogal, SA	5.541
Anthony, Patrick &	5.284
Air Liquide, Sociedade Portuguesa	5.040
CPCis-Companhia Port. Computadores,	5.010
Outros inferiores a 5.000 euros	84.815
	<b>450.592</b>

### Quadro 33 – Fornecedores de Imobilizado – Dívidas

Fornecedores imobilizado - Dívidas	(em euros)
	<b>2014</b>
Visualforma-Tecnologias de	307.830
Costa & Carvalho, S.A.	190.107
Soquímica, Lda	59.557
Grupo Taper - Equipamento de	40.529
Informantem - Informática e	31.857
Werfen Portugal Lda	28.284
Fraterna - Engenharia, Consultoria	13.310
Binaryversion - Sistemas e	6.044
Ciencivil, Comerc. de Equip. p/	5.428
Outros inferiores a 5.000 euros	11.981
	<b>694.927</b>

## Clientes

No quadro seguinte encontram-se os clientes e outros credores da Universidade, tendo em conta o volume de faturação do ano.

### Quadro 34 - Faturação a Clientes e outros credores

Faturação a Clientes no ano 2014	(em euros)
	<b>2014</b>
FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia	2.670.456
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	1.512.764
European Commission	1.278.460
Caixa Geral de Depósitos	606.000
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação	414.928
IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	403.299
IFDR - Instituto Financeiro p/ Desenvolvimento Regional	197.802
Uniwersytet Warszawski	162.445
Centro de Ciências do Mar do Algarve	152.832
IFREMER - Institut Français de Recherche l'Exploitation de la Mer	142.911
Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve	141.600

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	141.314
ADER - Agencia de Desarrollo Económico de La Rioja	134.895
Agência Nacional para a Gestão do Prog. Erasmus + Educação e Form	131.143
Universitat de Barcelona	127.298
Universidade de Évora	122.699
Merche Region (Department For Innovation and Research)	115.142
Ghent University	110.325
Algar - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos SA	107.279
Associação do Instituto Superior Técnico p/ Investigação e Desenvolvimento	99.190
Universidad de Cadiz	97.006
TECHNISCHE UNIVERSITAET DARMSTADT	93.512
Indigo Rock Marine	68.717
Consiglio Nazionale delle Ricerche	63.564
National Council of Research	62.208
LPN-Liga p/ a Protecção Natureza	56.954
GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais	55.762
Região de Turismo do Algarve	55.002
Consumidor Final	53.586
ENTE PARCO NAZIONALE	51.507
The New Israel Fund - Shatil	50.048
Lund University	47.500
ANA - Aeroportos de Portugal S.A.	46.542
Red de Espacios Tecnológicos	43.820
Universidade do Minho	42.460
Bretagne Develo Innovation	41.430
Universite de Geneve	40.887
Automóvel Clube de Portugal (ACP)	39.360
Parque Tecnológico de Andalusia	37.882
Município de Lagoa	34.833
Universidade Catolica Portuguesa	28.396
UNL - Universidade Nova Lisboa	24.650
Universidade de Coimbra	22.054
Administração Regional de Saúde do Algarve	21.930
Universidade Aberta	21.734
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa	21.385
Outros inferiores a 20.000 euros	795.181
	<b>10.790.691</b>

De referir, que os valores apresentados pelos Serviços de Ação Social dizem essencialmente respeito à compensação pelo uso das instalações. O montante faturado à Caixa Geral de Depósitos, refere-se ao estabelecido no protocolo de cooperação celebrado em 3 de setembro de 2010.

### Quadro 35 – Clientes de Cobrança Duvidosa

Clientes Cobrança Duvidosa	(em euros)
	2014
Serv. Académicos (1º, 2º, 3ºCiclo)	2.423.187
Irmãos Cavaco, S.A.	38.050
Clearwinds - Sistemas, S.A.	30.850
Training Partners, Lda.	14.170
Única Best Consulting, S.A	10.622
Tecliform, Formação Profissional e Consultoria, LDA	8.732
Magarb - Matadouro Regional do Algarve	6.840
H2PC, Unipessoal, Lda	4.316
Plano X - Arquitectura e Engenharia, Lda	3.813
Administração do Condomínio do lote 9, Quinta da Torre	2.420
Federation Europeenne des Producteu	2.420
ALBUMARINA, SA	2.320
Carmo & Guerreiro LDA, CS	2.250
JJW Portugal, SA	2.109
Centro de Abates de Aves Bela Salema	2.072
Célula Viva, Soluções em Ambiente em Saúde	2.018
Pórtico Librerías, S.A.	2.015
Patolovet - Patologia Veterinária, Unipessoal Lda.	1.703
Megalife, Lda.	1.611
Associação BEST Faro Algarve	1.523
Previgarb - Engenharia de Segurança, Lda.	1.494
Consequência, Consultoria e Formação, Lda.	1.409
Marine and Coastal Management	1.382
A. Santos & Brito do Vale, Lda.	1.292
Telecert, Lda.	1.270
Golden Resorts, SA	1.181
IFM-GEOMAR Forschungsbereich Marine Okologie	1.150
Movisaude, Lda.	1.095
A. S. Epaminondas, Lda.	1.088
Associazione Ulisse	1.000
Outros inferiores a 1.000 euros	25.184
	<b>2.600.586</b>

## Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

**Quadro 36 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos**

	(em euros)	
	2014	2013
Acréscimos de proveitos		
o Juros a receber	94	655
o Prestações de serviços	0	915
o Outros acréscimos de proveitos	127.025	152.004
	127.119	153.575
Custos diferidos		
o Seguros liquidados	15.963	16.727
o Diferença de câmbios desfavoráveis	3	0
o Outros custos diferidos	23.411	7.044
	39.377	23.771

Nos outros acréscimos de proveitos consideraram-se compensações de gastos de água, luz e telefones, onde estão incluídos 78.613,86€ € relativos a compensações de encargos devidos pelo CCMAR – Centro de Ciências do Mar.

Nos custos diferidos estão considerados despesas ocorridas no exercício cujo consumo se verificará em exercícios posteriores, nomeadamente: licenças de software, contratos de assistência técnica, quotas e seguros.

## Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

**Quadro 37 – Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos**

	(em euros)	
	2014	2013
<b>Acréscimo de Custos</b>		
o Seguros a liquidar	0	66
o Estimativa para férias e subsídio de férias	5.513.098	5.234.036
o Juros a liquidar	0	0
o Outros acréscimos de custos	23.726	90.079
	<u>5.536.824</u>	<u>5.324.181</u>
<b>Proveitos Diferidos</b>		
o Projectos de investigação	1.187.228	5.122.509
o Contratos e protocolos	0	0
o Subsídios ao investimento	50.364.825	50.434.330
o Propinas de Licenciatura e Bacharelato	116.703	884.162
o Propinas de Formação Avançada	41.346	115.546
o Outros proveitos diferidos	0	0
	<u>51.710.103</u>	<u>56.556.547</u>

Nos acréscimos de custos consideram-se as despesas a incorrer em exercícios seguintes, mas que o consumo seja no próprio exercício, como seja o consumo da água, energia, telefone e a estimativa para as remunerações com férias e respetivos encargos sociais, cujo processamento terá lugar no exercício seguinte.

Nos proveitos diferidos registam-se as verbas relativas:

- aos contratos plurianuais dos projetos de investigação e do financiamento do Curso de Medicina, cujo diferimento se justifica por suportarem despesas em anos futuros, assim como os subsídios ao investimento de bens ainda não totalmente amortizados;
- aos lançamentos de valores a diferir por conta de propinas de formação inicial e avançada, cujo proveito irá ser reconhecido no ano seguinte.

É de referir que por via do aumento do número de prestações para pagamento de propinas, instituído no Despacho Reitoral n.º 31/2014, foi alterada a fórmula do cálculo da especialização do diferimento deste proveito. Ou seja, em 2013, foi registado 2/3 do proveito do ano letivo 2012/13, tendo os restantes 1/3 sido registados em 2012. O proveito relativo ao ano letivo de 2013/14, foi registado 1/3 em 2013 e 2/3 em 2014. Assim, por força da alteração do n.º de prestações no

pagamento de propinas, a especialização do diferimento deste proveito para o ano letivo de 2014/15, será de 3/8 em 2014 e 5/8 em 2015.

## Impostos e Taxas

Nesta conta incluem-se, para além de outros valores, as contas relativas a propinas, quer de formação inicial, quer de formação avançada.

As propinas de formação inicial e avançada são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Estas contas apresentam os seguintes valores:

**Quadro 38 – Impostos e Taxas**

	(em euros)	
	2014	2013
Propinas		
o de Licenciaturas	5.765.104	6.654.550
o de Pós-Graduação	28.773	9.739
o de Mestrados e Doutoramentos	1.327.211	1.853.826
	<u>7.121.089</u>	<u>8.518.115</u>
Taxas de matrícula	97.916	98.960
Multas	56.666	72.113
Seguro Escolar	196.476	196.779
Taxas de melhorias de nota	4.586	4.921
Emolumentos	0	18.502
Taxas de exames	0	4.060
Outras Taxas	373.117	342.248
Outras penalidades	0	0
Reembolsos e restituições	0	-50
	<u>728.762</u>	<u>737.533</u>
	<u>7.849.850</u>	<u>9.255.648</u>

De referir que, se encontram por receber 3.429.240€ de propinas de formação inicial e avançada de anos anteriores e o correspondente a 3 meses do ano letivo 2014/2015, encontrando-se 2.423.187€ na conta de Provisões de Cobrança Duvidosa – alunos e 1.006.053€ constante nas dívidas de Alunos. De seguida, apresentam-se os dados a 31.12.2014, fornecidos pela Direção dos Serviços Académicos.

### Quadro 39 – Dívidas de Propinas

(em euros)

Ano Letivo	Valor Total em Dívida a 31/12/2014
2006/07	125.569
2007/08	233.508
2008/09	226.419
2009/10	386.855
2010/11	390.793
2011/12	348.325
2012/13	491.377
2013/14	220.342
2014/15	1.006.053
	<u>3.429.240</u>

Em 2014 foram anuladas por prescrição, as dívidas em cobrança duvidosa relativas aos anos letivos de 2005/06 no valor de 111.274€.

### Proveitos Suplementares

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

### Quadro 40 – Proveitos Suplementares

(em euros)

	2014	2013
Aluguer de equipamento	4.157	4.460
Aluguer instalações	98.081	100.762
Patrocínios	12.627	5.420
Artigos Publicitários	419	0
Outros proveitos suplementares		
o Compensação água e luz	998	1.400
o Compensação por cedência de pessoas ou instalações	12.098	0
o Compensação de CTT	1.367	1.929
o Outros	123.615	466.532
	<u>253.362</u>	<u>580.502</u>

Os valores considerados nesta conta referem-se a aluguer de instalações e a outros proveitos, que compreendem as compensações recebidas de água e eletricidade pagas por entidades externas que utilizam as instalações da Universidade, nomeadamente o CCMAR – Centro de Ciências do Mar e os Serviços de Ação Social.

## Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

**Quadro 41 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos**

	(em euros)	
	2014	2013
<u>Administração Central</u>		
· Estado	32.838.630	33.372.297
· Serviços e Fundos Autónomos	2.360.694	2.163.409
	<u>35.199.324</u>	<u>35.535.707</u>
Administração Local	4.056	9.650
Segurança Social	0	0
Instituições sem fins lucrativos	3.105	16.300
União Europeia		
· Instituições	0	3.748
· Países membros	5.502.323	3.189.452
	<u>5.509.484</u>	<u>3.219.151</u>
Transferências de outros países	43.214	59.977
Outras Transferências correntes	606.000	605.150
Subsídios Correntes Obtidos	0	0
	<u>649.214</u>	<u>665.127</u>
	<u>41.358.023</u>	<u>39.419.984</u>

### Administração Central

Corresponde ao plafond atribuído pelo Ministério da Educação e Ciência e outros subsídios à exploração provenientes do Orçamento do Estado à Universidade de Algarve, com a finalidade de financiar as suas despesas correntes, assim como as transferências, no âmbito dos projetos I&D, relativas à participação portuguesa e comunitária nesses projetos cofinanciados.

### Outras Transferências

Todos os outros subsídios à exploração, não provenientes da Administração central, referem-se fundamentalmente a transferência para Projetos de Investigação e Unidades I&D celebrados em parceria com outras entidades, normalmente de duração plurianual.

As principais entidades financiadoras destes projetos são:

- Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de programas nos domínios científicos (PTDC), programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D comparticipação nacional;
- Comissão Europeia: financia projetos de investigação específicos, normalmente desenvolvidos por várias entidades parceiras, como programa Erasmus e Erasmus Mundus.

## Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Custos e Perdas Operacionais

Estas contas analisam-se da seguinte forma:

**Quadro 42 – Fornecimentos e Serviços Externos**

	(em euros)	
	2014	2013
Eletricidade	1.079.787	1.146.240
Combustível	58.100	59.946
Água	402.084	448.766
Outros Fluidos	1.200	194
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido (Mat. Laboratório)	234.503	172.072
Livros e documentação técnica	15.105	6.985
Material de escritório	64.910	72.933
Artigos para oferta	33.932	22.774
Rendas e Alugueres	57.715	40.263
Despesas de representação	67.035	70.972
Correios	33.714	36.799
Acessos à internet	210.766	535.718
Comunicações - Telefones e Faxes	30.244	38.967
Comunicações - Telemóveis	20.020	50.300
Outras Comunicações	3.681	3.460
Seguros	56.734	44.750
Royalties	622	5.034
Transporte de mercadorias	11.707	10.851
Transporte de pessoal	725	2.849
Deslocações e Estadas	414.770	318.124
Comissões	0	3
Honorários	291.542	347.559
Conservação e reparação	167.378	166.093
Publicidade e propaganda	107.002	88.956
Limpeza, higiene e conforto	493.644	565.958
Vigilância e segurança	436.257	422.889
Trabalhos especializados	1.046.573	1.195.598

Material lúdico e didático	514	186
Produtos Químicos (Reagentes)	394.144	356.696
Material de Transporte - Peças	711	887
Participação em Congressos e Seminários	73.065	68.492
Inscrições em cursos de formação	54.445	42.626
Material eléctrico	30.671	19.115
Material de canalização	1.187	1.321
Bens para consumo em reuniões	3.012	1.380
Outros fornecimentos e serviços	345.778	361.320
	<u>6.243.276</u>	<u>6.727.078</u>

#### Quadro 43 – Outros Custos e Perdas Operacionais

	(em euros)	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Impostos e Taxas	155.926	103.489
Quotizações	29.787	15.267
Outras	1.252	4.354
	<u>186.965</u>	<u>123.110</u>

## Custos com Pessoal

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

**Quadro 44 – Custos com o Pessoal**

	(em euros)	
	2014	2013
Remunerações Base		
o Pessoal do quadro	21.821.676	23.495.124
o Pessoal contratado	4.156.027	4.844.094
o Pessoal aguardando aposentação	56.103	123.339
o Pessoal outra situação	66.387	58.794
o Pessoal em regime de tarefa e avença		6.777
	26.100.193	28.528.130
Outras Remunerações		
o Subsídio de Férias e de Natal	4.897.279	4.599.821
o Subsídio alimentação	892.264	933.290
o Ajudas de custo	131.212	114.355
o Abono para falhas	1.007	1.035
o Trabalho extraordinário	12.291	17.913
o Vestuário e Artigos pessoais	537	220
o Trabalho nocturno	17.633	19.010
o Prestações sociais directas	24.297	25.298
o Outros suplementos	134.903	124.856
	6.111.425	5.835.799
Encargos sobre remunerações	7.724.347	7.478.847
Outros custos com pessoal	371.870	226.432
	40.307.835	42.069.208

O número do pessoal ao serviço da Universidade de Algarve é de 1.163 funcionários, dos quais 762 pertencem ao grupo do pessoal docente, 8 a pessoal de investigação científica e 393 a pessoal não docente. De referir que, no ano de 2013 o número era de 1.124, distribuído por: 716 no grupo do pessoal docente, 8 no pessoal de investigação científica e 400 no pessoal não docente.

A rubrica "Outros custos com pessoal" inclui os pagamentos a funcionários da Universidade, que prestam serviços noutros organismos, nos termos do disposto na alínea j) do art. 70.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Estes organismos efetuam transferências para a Universidade, suportadas por protocolo e devidamente faturadas respeitando as regras fiscais. A Universidade

posteriormente procede ao pagamento aos seus funcionários. Para além disto, insere-se nesta conta orientações de estágio, lecionação de aulas nos complementos de formação e nos mestrados.

### **6.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução**

Os diferentes quadros previstos neste ponto são apresentados em conjunto na instrução da conta de gerência da Universidade, nomeadamente os quadros dos pontos 8.3.1.1 (Alterações orçamentais – Despesa), 8.3.1.2 (Alterações orçamentais – Receita), 8.3.2.1 (Contratação administrativa – Situação dos contratos), 8.3.2.2 (Contratação administrativa – Formas de adjudicação), 8.3.3 (Execução de programas e projetos de investimento), 8.3.4.1 (Transferências correntes – Despesa), 8.3.4.2 (Transferências de capital – Despesa), 8.3.4.3 (Subsídios concedidos), 8.3.4.4 (Transferências correntes – Receita) e 8.3.4.5 (Transferências de capital – Receita).

### **6.4 – Notas sobre a contabilidade analítica**

Encontra-se em curso na Universidade, o processo para implementação da contabilidade analítica. A aplicação informática SIGESTUALG, dispõe de um módulo específico para a contabilidade analítica, o qual está em fase de parametrização.

No entanto e apesar de não existir uma contabilidade analítica nos moldes previstos no POC-Educação, a Universidade do Algarve dispõe de uma contabilidade baseada em centros financeiros, onde se afetam os recebimentos e os pagamentos das diversas atividades que são desenvolvidas ao longo do ano económico, inseridas nas respetivas unidades orgânicas, projetos de investigação, centros de investigação e serviços centrais de apoio.

## **6. Controlo Orçamental – Despesa**

## **7. Controlo Orçamental – Receita**

## **8. Demonstração de Fluxos de Caixa**

## 9. Balanço Social

### INTRODUÇÃO

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de planeamento de recursos humanos, incluído no ciclo anual de gestão.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, a elaboração do Balanço Social tornou-se obrigatória para a generalidade dos serviços<sup>1</sup>, tendo como objetivo promover a modernização da Administração Pública.

Na linha desta orientação, o Estatuto do Pessoal Dirigente veio incorporar nas competências dos dirigentes de nível superior a obrigatoriedade de apresentar o balanço social, juntamente com o relatório de atividades.

O Balanço Social de 2014 da Universidade do Algarve (UAlg) foi elaborado de acordo com o diploma acima mencionado, disponibilizando um conjunto de indicadores sobre os recursos humanos e respetivos recursos financeiros.

Toda a informação constante do balanço social tem como fonte a aplicação de gestão integrada SAP.

Os dados que serviram de base à construção dos indicadores referem-se ao pessoal em exercício de funções na Universidade do Algarve em 31 de Dezembro de 2014. O pessoal em mobilidade noutra instituição não foi desta forma considerado, constando do balanço social da respetiva entidade. No entanto, o pessoal em situação de licença sem remuneração por período inferior a um ano, licença de interesse público, ou licença parental foi contabilizado nos efetivos, uma vez que não está em exercício de funções noutro organismo.

Em primeiro lugar é apresentada uma breve caracterização da UAlg, incluindo a sua estrutura organizacional, no sentido de contextualizar os recursos humanos e, os indicadores do próprio balanço social, aos quais foram acrescentados outros para melhor identificar e caracterizar os seus recursos humanos.

Na apresentação dos dados, sempre que oportuno, é feita uma comparação com o ano anterior e em relação ao pessoal docente, a distinção entre universitário e politécnico.

---

<sup>1</sup> Os mapas utilizados no Balanço Social foram atualizados pela Direção Geral da Administração Pública (DGAEP).

## I – A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UALG

Na qualidade de Instituto Público, a Universidade do Algarve é uma entidade colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, com sede em Faro.

Dispõe de três *Campi*, Penha, Gambelas e Saúde e ainda de um Pólo em Portimão.

Durante o ano de 2009 foram aprovados os Estatutos das Unidades Orgânicas e o Regulamento Orgânico da Biblioteca. Já em 2010 foram aprovados os regulamentos orgânicos dos Serviços e da Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada.

A UAlg distingue-se das demais instituições de ensino superior público por integrar os dois subsistemas de ensino superior: Universitário e Politécnico.

A sua estruturada organizacional é constituída por unidades orgânicas de ensino, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais.

Assim, no ensino universitário existem as seguintes unidades orgânicas:

- ✓ Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT);
- ✓ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS);
- ✓ Faculdade de Economia (FE);

O ensino universitário integra ainda o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM).

No ensino politécnico as unidades orgânicas são:

- Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT);
- Escola Superior de Saúde (ESSUALg);
- Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC);
- Instituto Superior de Engenharia (ISE).

Existem duas unidades funcionais:

- Biblioteca;
- Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada.

A Universidade dispõe ainda de um conjunto de outras estruturas que garantem o normal funcionamento da instituição tanto a nível técnico como administrativo:

- Serviços de Apoio à Reitoria;
- Serviços de Apoio Geral;
- Serviços Centrais que compreendem:
  - Serviços Académicos;
  - Serviços Financeiros e Patrimoniais;
  - Serviços de Informática;
  - Serviços de Recursos Humanos;

- Serviços Técnicos.

A Universidade também integra Centros de I&D (Investigação e Desenvolvimento).

Os mapas de pessoal da Universidade contemplam o pessoal:

- Não Docente (não foi incluído o pessoal em regime de avença);
- Docente do Ensino Superior Politécnico;
- Docente do Ensino Superior Universitário;
- Investigação.

## **II – DISTRIBUIÇÃO E CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

### **1 – OS EFETIVOS NA UALG E SUA DISTRIBUIÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2014, a UAlg contava com um total de 1.163 trabalhadores<sup>2</sup>.

Em termos globais a distribuição do número de efetivos pelos corpos existentes na Universidade do Algarve é a indicada no Quadro 1.

Entende-se por corpo o conjunto das carreiras existentes tanto do pessoal docente, como não docente e ainda dos investigadores.

Assim, o corpo docente é constituído pelas carreiras dos dois subsistemas de ensino (universitário e politécnico), o corpo não docente por todas as carreiras deste pessoal<sup>3</sup> e o dos investigadores pelo pessoal da carreira de investigação.

De salientar que o Reitor e os Vice-Reitores estão considerados no corpo não docente na carreira dirigente.

No que concerne ao corpo de investigação, a maioria dos investigadores está em funções na UAlg por via do Programa Ciência.

---

<sup>2</sup> Não foram considerados os bolseiros nem os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo sem remuneração. Os avençados foram considerados nos mapas do balanço social, na parte correspondente, mas não estão incluídos nos quadros deste relatório.

<sup>3</sup> Pessoal Dirigente, Técnico Superior, Assistente Técnico, Assistente Operacional e Informática.

**Quadro 1**  
**Distribuição de Efetivos por Corpo**

Corpo	N.ºs efetivos	
	2014	Distribuição
<b>Docente</b>	<b>762</b>	<b>65,52%</b>
Universitário	394	51,71%
Politécnico	368	48,29%
<b>Não Docente<sup>4</sup></b>	<b>393</b>	<b>33,79%</b>
<b>Investigação</b>	<b>8</b>	<b>0,69%</b>
<b>Total</b>	<b>1.163</b>	<b>100%</b>

O peso do pessoal docente na UAlg é de 65,52%, sendo que o mesmo é repartido entre o subsistema universitário, 51,71% e o ensino politécnico, 48,29%.

O pessoal não docente representa 33,79% do universo total.

Relativamente a 2013, verificou-se um aumento de 39 efetivos, o que corresponde a um aumento percentual de 3,47%.

Foi no pessoal Docente que se registou um aumento do número de trabalhadores, designadamente no pessoal docente afeto ao ensino universitário. De salientar, no entanto, uma diminuição de 7 efetivos no corpo do pessoal Não Docente.

**Quadro 2**  
**Variação de Efetivos entre 2013 e 2014**

<b>Ano</b> <b>Pessoal</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Variação</b> <b>(nº)</b> <b>2013/14</b>	<b>Tx</b> <b>Crescimento</b> <b>(%)</b> <b>2013/14</b>
<b>Não Docente</b>	400	393	-7	-1,75%
<b>Docente Ens. Universitário</b>	363	394	+31	+8,54%
<b>Docente Ens. Politécnico</b>	353	368	+15	+4,25%
<b>Investigadores</b>	8	8	0	0%
<b>Totais</b>	<b>1.124</b>	<b>1.163</b>	<b>+39</b>	<b>+3,47%</b>

Não obstante, torna-se importante demonstrar esta realidade ao nível dos docentes ETIS (equivalente em tempo inteiro), sabendo que o número de docentes em tempo parcial é ponderado de acordo com a percentagem fixada no respetivo contrato. Neste contexto, regista-se um aumento efetivo de 10,5 efetivos no corpo docente da UAlg, conforme se pode visualizar no Quadro 3.

<sup>4</sup> No pessoal Não Docente foram incluídos 1 Reitor e 2 Vice-Reitores (por se tratar de Pessoal Dirigente Superior de 1º e 2º Grau, respetivamente).

**Quadro 3**  
**Variação de Docentes ETIS entre 2013 e 2014**

<b>Ano</b> <b>Pessoal</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Variação (nº) 2013/14</b>	<b>Tx Crescimento (%) 2013/14</b>
<b>Docente Ens. Universitário</b>	302	307,3	+5,3	+1,76%
<b>Docente Ens. Politécnico</b>	292,4	297,6	+5,2	+1,78%
<b>Totais</b>	<b>594,4</b>	<b>604,9</b>	<b>+10,5</b>	<b>+1,77%</b>

A distribuição dos corpos por unidade orgânica é a seguinte:

**Quadro 4**  
**Distribuição de Efetivos por Unidade**

<b>Unidade</b>	<b>Docente</b>	<b>Não Docente</b>	<b>Investigação</b>
Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC)	58	14	
Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo (ESGHT)	95	23	
Escola Superior de Saúde (ESSUALG)	112	15	
Instituto Superior de Engenharia (ISE)	103	26	
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)	158	47	
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)	78	14	1
Faculdade de Economia (FE)	47	14	1
Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM)	110	10	
Reitoria e Serviços <sup>5</sup>	1	183	
Biblioteca		30	
Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada (UAIC)		16	
Centros I&D		1	6
<b>Total</b>	<b>762</b>	<b>393</b>	<b>8</b>

A Reitoria e Serviços concentram 46,6% do pessoal não docente (183 trabalhadores). Esta tendência tem-se verificado ao longo dos anos, quer pelo facto de se concentrarem nos Serviços muitas das funções essenciais ao funcionamento da Universidade, quer por efeito da reestruturação decorrente dos novos Estatutos.

<sup>5</sup> O docente afeto à Reitoria e Serviços presta serviço aos estudantes na área desportiva (Serviços de Acção Social).

Em 2014 as unidades orgânicas (Escolas e Faculdades) contribuem com 153 trabalhadores não docentes, o que corresponde percentualmente a 38,9% do universo não docente.

O pessoal não docente das unidades funcionais tem um peso de 11,7%, sendo que a UAIC representa 34,8% deste pessoal e a Biblioteca 65,2%.

Ao DCBM está afeta uma percentagem de aproximadamente 2,5% de pessoal não docente.

Os Centros de I&D detêm 1 trabalhador não docente, 0,3%.

Em relação à modalidade de relação jurídica de emprego público, como se pode constatar no Quadro 5, a maioria do pessoal detém um contrato por tempo indeterminado, a que corresponde a uma percentagem de 68,1% (ligeiramente inferior a 2013 que era de 70,37%).

**Quadro 5**  
**Efetivos distribuídos por relação jurídica de emprego e unidade**

Unidade	Corpo	Cargo Político / Mandato	CTFP-TIndeterminado	CTFP-Termo Resolutivo Certo	CTFP-Termo Resolutivo Incerto	Comissão de Serviço	Total
ESEC	PD		34	24			58
	PND		13	1			14
ESGHT	PD		55	40			94
	PND		24				24
ESS	PD		24	88			112
	PND		15				15
ISE	PD		72	31			103
	PND		26				26
FCT	PD		153	5			158
	PND		45		1	1	47
FCHS	PD		51	27			78
	INV			1			1
	PND		14				14
FE	PD		33	14			47
	INV		1				1
	PND		14				14
DCBM	PD		13	97			110
	PND		5		5		10
Biblioteca	PD						
	PND		29			1	30
UAIC	PD						
	PND		7		5	4	16
Reitoria e Serviços	PD		1				1
	INV						
	PND	3	162		4	14	183
Centros I&D	INV			6			6
	PND		1				1
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>792</b>	<b>334</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>1163</b>

PD - Pessoal Docente; PND - Pessoal Não Docente; INV - Investigadores

É de sublinhar que dos 436 contratos por tempo indeterminado para o pessoal docente, 57,57% estão no ensino universitário. Por outro lado, dos 326 contratos a termo certo do pessoal docente, 56,13% pertencem ao ensino politécnico.

Em relação ao pessoal não docente 90,08% dos trabalhadores têm um contrato de trabalho por tempo indeterminado.

## 2 – CARATERIZAÇÃO DOS EFETIVOS

### 2.1. – Por Corpo e Subsistema de Ensino

#### 2.1.1. Pessoal Não Docente

**Quadro 6**  
**Pessoal Não Docente por Carreira - Taxa Crescimento em 2013**

Cargos e Carreiras	2013	2014	Variação (n.º)	Taxa Crescimento (%)
Dirigente Superior	4	4	0	0%
Dirigente Intermédio	18	19	+1	+0,25%
Técnico Superior	124	126	+2	+0,5%
Assistente Técnico	141	134	-7	-1,75%
Assistente Operacional	80	78	-2	-0,5%
Informática	33	32	-1	-0,25%
<b>Totais</b>	<b>400</b>	<b>393</b>	<b>-7</b>	<b>-1,75%</b>

Analisando o quadro acima podemos constatar que houve uma diminuição de efetivos em quase todas as carreiras, com exceção dos técnicos superiores e dos dirigentes intermédios. Na globalidade houve um decréscimo de 1,75% do número de trabalhadores.

#### 2.1.2. Pessoal Docente

A distribuição do número de docentes por subsistema, mostra que existem mais docentes no ensino universitário que no ensino politécnico.

Verifica-se que 58% do pessoal docente está na carreira. Porém, os dois subsistemas não estão equilibrados quanto a este aspeto, já que no ensino universitário estão na carreira 58% dos docentes, enquanto no ensino politécnico isso só acontece com 42%.

No entanto, relativamente ao ano anterior, verificou-se uma aproximação destas percentagens, quer pelas saídas, por aposentação, da carreira universitária, quer pelas alterações resultantes do regime transitório que permitiram a transição para a carreira dos docentes do ensino politécnico.

**Quadro 7**  
**Pessoal Docente por Subsistema de Ensino 2014**

Subsistemas	Carreira	Convidados	Total
Ensino Universitário	255	139	394
Ensino Politécnico	187	181	368
<b>Total</b>	<b>442</b>	<b>320</b>	<b>762</b>

## 2.2. – Distribuição por Escalão Etário

**Quadro 8**  
**Distribuição por Escalão Etário e Corpo**

Escalão Etário	Pessoal Docente		Pessoal Não Docente	Pessoal Investigação	Total
	Universitário	Politécnico			
20 - 24	0	1	0	0	<b>1</b>
25 - 29	2	23	2	1	<b>28</b>
30 - 34	25	22	10	1	<b>58</b>
35 - 39	34	32	59	2	<b>127</b>
40 - 44	63	71	84	2	<b>220</b>
45 - 49	94	73	70	2	<b>239</b>
50 - 54	86	65	82	0	<b>233</b>
55 - 59	59	51	50	0	<b>160</b>
60 - 64	27	23	30	0	<b>80</b>
65 - 69	4	7	6	0	<b>17</b>
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b>368</b>	<b>393</b>	<b>8</b>	<b>1163</b>

Analisada a idade dos trabalhadores da Universidade verifica-se:

- A média de idades situa-se nos 47,41 anos.
- É no escalão etário dos [45-49 anos] que se encontram o maior número de efetivos (239) logo seguido pelo escalão [50-54 anos] com 233 e pelo escalão [40-44 anos] com 220 trabalhadores, respetivamente. Assim, constata-se que, 59,50% dos trabalhadores da UAlg se situam numa faixa etária entre os 40 e os 54 anos.
- É de destacar que 17 trabalhadores têm entre 65 e 69 anos, sendo de relevar a possibilidade de aposentação.

Considerou-se haver interesse no cálculo da taxa de emprego de jovens por se tratar de um aspecto que assume especial relevo no contexto laboral atual. Assim, na UAlg em 2014, considerando as faixas etárias até aos 29 anos, o valor da taxa de emprego de jovens<sup>6</sup> é de aproximadamente 2,49 %, verificando-se um relativo aumento de 0,44%, relativamente ao ano anterior (de 2,05%), consubstanciando-se este aumento no pessoal Docente do Ensino Politécnico.

## 2.3 – Distribuição por Género

O total do pessoal (docente, não docente e investigador) por género distribui-se do seguinte modo:

<sup>6</sup> Taxa de Emprego de Jovens = (Efetivos até aos 29 anos/efectivo global)

**Quadro 9**  
**Evolução dos Efetivos por Género**

Género	2013	2014
Feminino	648	665
Masculino	476	498
<b>Total</b>	<b>1124</b>	<b>1163</b>

Mantem-se a tendência dos anos anteriores. As mulheres continuam em maior número que os homens. A taxa de feminilidade teve um ligeiro decréscimo relativamente aos 2 últimos anos, de 57,65% para 57,18%. Sendo de salientar que o facto se deveu ao maior número de saídas de trabalhadores do sexo feminino.

Porém, é de realçar que no que se refere ao pessoal docente, em ambos os subsistemas de ensino, o número de homens é igual ao de mulheres, sendo o pessoal não docente, o que mais contribui para o peso das mulheres na Universidade.

**Quadro 10**  
**Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigação por Grupo Profissional e Género**

Grupo	Feminino	Masculino
Dirigente Superior	1	3
Dirigente Intermédio	15	4
Técnico Superior	94	32
Informática	11	21
Assistente Técnico	112	22
Assistente Operacional	48	30
Investigação	3	5
<b>Total</b>	<b>284</b>	<b>117</b>

**Quadro 11**  
**Distribuição do Pessoal Docente por Subsistema e Género**

Grupo	Feminino	Masculino
Ensino Universitário	194	200
Ensino Politécnico	187	181
<b>Total</b>	<b>381</b>	<b>381</b>

## 2.4. – Nível das Habilitações Académicas

### 2.4.1 - Pessoal Não Docente e Investigador

Nos valores da estrutura habilitacional do pessoal não docente e investigador é de realçar o peso da licenciatura (36,41%) e do 12.º ano (28,18%), que no seu conjunto, representam 64,59% do nível habilitacional dos trabalhadores.

**Quadro 12**  
**Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigador por Nível de Escolaridade**

Nível de Escolaridade	Não Docente	Investigador	Nível escolaridade/ total efetivos (%)
Menos de 4 anos	1	0	0,25%
4.ª Classe	14	0	3,49%
6.º Ano	14	0	3,49%
9.º Ano	46	0	11,47%
11.º Ano	23	0	5,74%
12.º Ano	113	0	28,18%
Bacharelato	7	0	1,75%
Licenciatura	146	0	36,41%
Mestrado	23	1	5,98%
Doutoramento*	6	4	2,49%
Habilitação Estrangeira	0	3	0,75%
<b>Total</b>	<b>393</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>

*\*Reitera-se que estão incluídos 2 dirigentes do ensino Universitário e 1 do ensino Politécnico (um Reitor e dois Vice-Reitores)*

O índice de formação superior<sup>7</sup> do pessoal não docente em 2014 é de 46,63%, tendo subido ligeiramente face ao ano de 2013 (44,85%), continuando a tendência dos anos anteriores.

### 2.4.2 - Pessoal Docente

O doutoramento é a habilitação com maior peso na estrutura habilitacional do pessoal docente, como se pode verificar no Quadro 13, facto que se deve, maioritariamente, ao subsistema universitário.

<sup>7</sup> Índice de formação superior = [(n.º bacharelato + licenciatura + mestrado + doutoramento) / total efetivos] x 100

**Quadro 13**  
**Pessoal Docente por Habilitação Académica e Subsistema**

Nível habilitacional	Universitário	%	Politécnico	%	Total	%
Bacharelato			1	0,27%	1	0,13%
Licenciatura	74	18,78%	101	27,44%	175	22,97%
Mestrado	24	6,09%	125	33,97%	149	19,55%
Doutoramento*	270	68,53%	137	37,23%	407	53,41%
Hab Estrangeira não reconhecida	26	6,60%	4	1,09%	30	3,94%
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b>100,00%</b>	<b>368</b>	<b>100,00%</b>	<b>762</b>	<b>100,00%</b>

\* Reitera-se que o Reitor e os Vice-Reitores foram incluídos no pessoal não docente enquanto dirigentes, pelo que não constam deste quadro.

## 2.5. – Estrutura da Antiguidade na Função Pública

A média de antiguidade em funções públicas é de 16,9, a mesma que no ano anterior.

Verifica-se que o intervalo entre os 20 e os 24 anos é o que reúne maior número de trabalhadores.

É no entanto de salientar, que o cálculo da antiguidade do pessoal docente pode estar enviesado, já que está contabilizado todo o tipo de pessoal, designadamente aquele que acumula funções na Universidade e que também é trabalhador da Administração Pública, para além de existirem situações que não nos oferecem garantias neste indicador.

**Quadro 14**  
**Distribuição dos efetivos por antiguidade e grupo**

Grupo	Até 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	> 40	Total Geral
Dirigente Superior		1			1	1		1		4
Dirigente Intermédio		1	9	3	4		1	1		19
Técnico Superior	14	11	43	20	20	7	7	3	1	126
Informática	1	2	12	2	4	7	3		1	32
Assistente Técnico	2	2	37	20	36	18	13	3	3	134
Assistente Operacional	1	8	5	26	22	13	1	1	1	78
Docente Universitário	102	47	35	64	74	31	22	14	5	394
Docente Politécnico	76	40	22	72	71	39	24	20	4	368
Investigador	7	1								8
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>113</b>	<b>163</b>	<b>207</b>	<b>232</b>	<b>116</b>	<b>71</b>	<b>43</b>	<b>15</b>	<b>1163</b>

## 2.6. – Nacionalidade Estrangeira

Como se pode ver pelo quadro abaixo, existem 48 trabalhadores estrangeiros a exercer funções na Universidade, na sua grande maioria pessoal Docente Universitário. Estes trabalhadores representam 4,13% dos efetivos, mais 0,39% do que no ano anterior.

**Quadro 15**  
**Distribuição dos efetivos por nacionalidade estrangeira**

Proveniência do trabalhador	Dirigente Superior	Docente Universitário	Docente Politécnico	Investigação	TOTAL
União Europeia	1	36	5	1	43
CPLP <sup>8</sup>		2			2
Outros países			1	2	3
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>38</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>48</b>

## 3 – MOBILIDADE DOS EFETIVOS

Neste ponto pretende-se analisar a mobilidade durante o ano de 2014.

Por mobilidade, neste contexto, entende-se a movimentação de pessoal: entradas, saídas, promoções e alterações da posição remuneratória.

### 3.1. – Entradas

Em “entradas de pessoal” consideraram-se os efetivos admitidos/regressados à UAlg entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2014.

Em 2014 registaram-se 126 admissões e regressos:

- a) Deste universo, 115 pertencem ao pessoal docente, 3 ao pessoal investigador e as restantes ao pessoal não docente.
- b) No que se refere ao pessoal docente houve 2 admissões por concurso documental no ensino universitário e 1 no ensino politécnico, tendo sido as restantes admissões feitas por convite e distribuídas entre os dois subsistemas, Universitário, 49% e Politécnico, 51%.
- c) Os investigadores foram na sua totalidade admitidos ao abrigo de projetos financiados.
- d) As admissões/ regressos do pessoal não docente consubstanciaram-se em 8 entradas, 1 por procedimento concursal e 7 por mobilidade interna.

### 3.2. – Saídas

Em “saídas de pessoal” foram considerados os efetivos que saíram definitivamente, 89 no total, a maioria por caducidade (65%), seguido de reforma/ aposentação (16%).

<sup>8</sup> CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O pessoal docente do ensino politécnico é o grupo que apresenta um maior número de saídas, 42 ao todo, representando 47% do total das saídas verificadas em 2014.

Esclarece-se que não foram consideradas como saídas, quaisquer licenças sem remuneração inferiores a uma ano, comissões de serviço para outro organismo ou saídas por concurso com período experimental, por se considerar que não são saídas definitivas (pode haver lugar ao regresso).

### **3.3. – Postos de trabalho previstos e não ocupados**

Dos postos de trabalho previstos não foram ocupados 22 lugares de pessoal docente:

- 11 devido ao facto dos respetivos concursos documentais se encontrarem ainda em desenvolvimento;
- 7 a aguardar abertura; e
- 4 por inexistência/ desistência de candidatos aprovados.

No que se refere ao pessoal não docente foram previstos e não ocupados 10 lugares pelo facto dos respetivos concursos se encontrarem em desenvolvimento.

Acrescem ainda 2 postos de trabalho de pessoal dirigente previstos que não foram ocupados, um por concurso em desenvolvimento e outro por não abertura de procedimento concursal.

### **3.4. – Mudanças de Situação**

Durante o ano de 2014, ocorreram 7 mudanças de categoria via concurso documental, 5 no ensino superior universitário e 2 no ensino superior politécnico.

Relativamente ao pessoal não docente verificaram-se 2 alterações de categoria, na sequência de procedimento concursal.

De referir que em 2014 não se verificou qualquer promoção ou alteração de posicionamento remuneratório.

## **4 – TEMPO DE TRABALHO**

### **4.1. – Modalidades de Horário**

O pessoal docente tem um horário muito específico, a que chamamos desfasado, dada a natureza das funções que exerce.

Em relação ao pessoal não docente a sua maioria tem um horário rígido (das 9h às 13h e das 14h às 18h).

Os assistentes operacionais (ex-guardas-noturnos) praticam um horário de trabalho noturno e por turnos.

A este nível, encontra-se em curso a implementação de uma nova aplicação informática, para registo de ausências e a elaboração de um regulamento de horário.

## 4.2 – Assiduidade

**Quadro 16**  
**Motivos de ausência por corpo**

Motivos de Ausência	Não Docente	Investigadores	Docente Univ.	Docente Polit.	Total Dias
Casamento	11,00		10,00	10,00	31,00
Parentalidade	729,00		575,00	637,00	1.941,00
Falecimento de Familiar	65,00		15,00	24,00	104,00
Doença <sup>9</sup>	2.796,15		446,00	1.073,92	4.316,07
Acidente de Serviço	26				26
Assistência a Familiares	98,24			7,39	105,63
Trabalhador Estudante	48,86				48,86
Por conta do Período de Férias	169,50		88,00	6,00	263,50
Greve	29,00		1,00		30,00
Faltas Injustificadas			2,00		2,00
Outros	23,88			0,57	24,45
<b>Totais</b>	<b>3.996,63</b>		<b>1.137,00</b>	<b>1.758,88</b>	<b>6.892,51</b>

A doença é o motivo que gera mais dias de ausência, seguido pela ausência por parentalidade. Esta tendência já vem de anos anteriores. No entanto, salienta-se que em termos relativos, denotou-se um decréscimo de 20,5% na ausência por parentalidade de 2013 para 2014 (passou de um total de 2.441 para 1.941 dias).

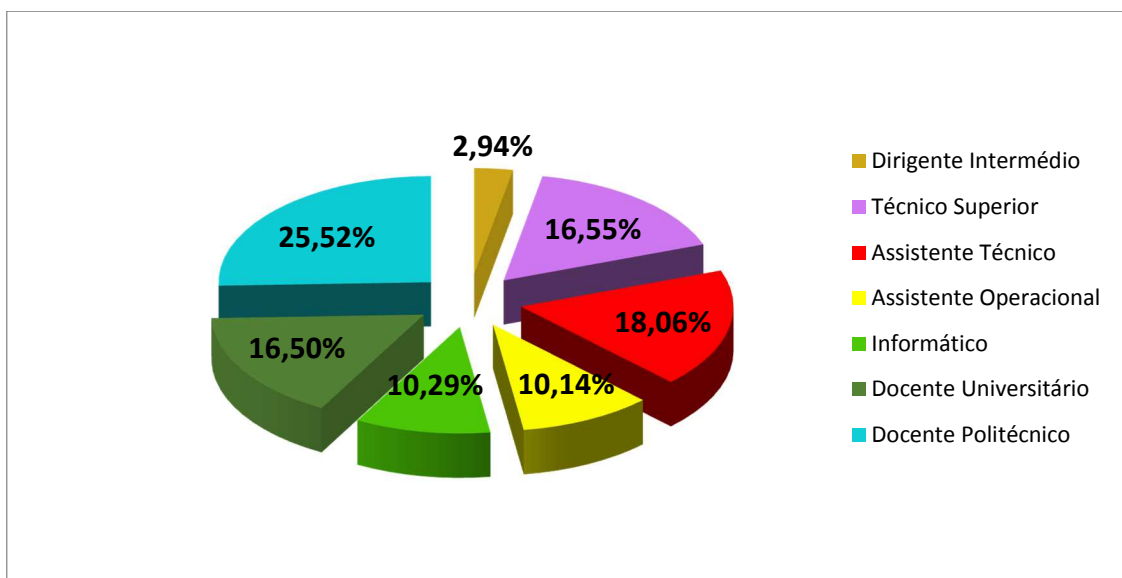
De salientar que as faltas dadas por motivo de greve sofreram uma queda acentuada, movimento contrário aos dois últimos anos. Em 2013 existiram 5 ações de greve que deram origem a 278 dias de ausência, enquanto em 2014, foram 4 as ações e geraram 30 dias de faltas.

A ausência por outros motivos diz respeito a faltas dadas para atividade sindical, cumprimento de obrigações e deslocações à escola de filho menor.

Como se pode distinguir pelo gráfico abaixo, é a carreira não docente aquela que tem maior incidência de ausências ao trabalho (3.996,63), seguida da carreira docente do ensino Politécnico (1.758,88).

<sup>9</sup> Nesta rubrica estão incluídos os dias de ausência por doença, internamento do próprio, cirurgia e tratamento ambulatorial do próprio.

**Gráfico 1**  
**Distribuição das Ausências por Grupo Profissional**



Importa referir ainda que em relação ao ano anterior:

- O número total de dias de ausência ao trabalho diminuiu 19,88% (de 8.603,10 para 6.892,51 dias);
- Foi o pessoal não docente o que mais contribuiu para esse decréscimo, uma vez que os dias não trabalhados registaram uma diminuição de aproximadamente 30% (de 5.696,4 dias em 2013 para 3.996,63 dias em 2014), nomeadamente nas faltas por parentalidade e doença que decresceram cerca de 30% e 29,5%, respetivamente;
- No que concerne ao pessoal docente universitário a tendência de decréscimo de ausências é a mesma, registando-se uma diminuição de 26,27% face às ausências do ano anterior (a diminuição das ausências por parentalidade foi a que mais contribuiu para este decréscimo);
- Relativamente ao pessoal de investigação, verificou-se uma diminuição de 100% no número de dias de ausência, ou seja, não houve qualquer ausência em 2014 (em 2013 registaram-se 40 dias de ausência por doença).
- Tendência contrária verificou-se no pessoal docente politécnico, que teve um acréscimo de 32,78% nos dias não trabalhados, sendo que a ausência que mais contribuiu para esse aumento foram as faltas dadas no âmbito da doença (aumento percentual em cerca de 54,4%).

### 4.3 – Trabalho Suplementar e Noturno

O trabalho suplementar e o trabalho noturno realizado em 2014 atingiram as 7.610,45 horas, mais 104,95 horas do que em 2013.

O trabalho suplementar foi realizado apenas pelo pessoal não docente. Foram os assistentes operacionais que o realizaram na sua totalidade.

No caso do trabalho normal noturno foram os assistentes técnicos aqueles que apresentaram mais horas trabalhadas (61%).

De referir ainda, o facto de 78,39% do trabalho suplementar e do trabalho normal noturno ser efetuado por trabalhadores do sexo masculino.

**Quadro 17**  
**Trabalho Suplementar e Noturno por Carreira e Género (Horas de Trabalho)**

Tipo de Trabalho	Sexo	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	TOTAL
Suplementar	M			3.348,95	3.348,95
	F			4,00	4,00
	<b>T</b>			<b>3.352,95</b>	<b>3.352,95</b>
Normal Noturno	M		1.732,30	884,00	2.616,30
	F		860,00	781,00	1.641,00
	<b>T</b>		<b>2.592,30</b>	<b>1.665,00</b>	<b>4.257,30</b>
Total de Horas	M		1.732,30	4.233,15	5.965,45
	F		860,00	785,00	1.645,00
	<b>T</b>		<b>2.592,30</b>	<b>5.018,15</b>	<b>7.610,45</b>

## 5 – FORMAÇÃO

No ano de 2014 a maior parte da formação interna foi realizada no âmbito da implementação do novo sistema de gestão académica, SiGES - Sistema Integrado de Gestão do Ensino Superior.

A par desta formação foram também ministradas duas ações de sensibilização sobre inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais na Universidade do Algarve.

As ações abrangeram 89 participantes, num total de 317 participações e 2051 horas de volume de formação, com um custo de 39.559,85€.

Outras necessidades específicas de formação foram supridas com recurso à formação externa. Foram mobilizados 7.521,21€ e abrangidos 17 trabalhadores de entre pessoal não docente, docente e investigador, num total de 18 participações e 256 horas de volume de formação.

## 6 – ENCARGOS COM PESSOAL

### 6.1. – Evolução dos Encargos com Pessoal

**Quadro 18**  
**Evolução dos Encargos com Pessoal**

Encargos com Pessoal	2013	2014	Taxa de Crescimento
<u>Remuneração Base [1]</u>	31.051.181,80 €	30.548.898,99 €	-1,62%
Prémios de Desempenho	0,00 €	0,00 €	n.a.
<u>Suplementos [2]</u>	126.610,74 €	136.651,97 €	7,93%
Trabalho Suplementar	23.042,16 €	15.699,50 €	-31,87%
Trabalho Normal Noturno	6.107,25 €	5.114,42 €	-16,26%
Trabalho por Turnos	12.902,53 €	12.518,63 €	-2,98%
Abono para Falhas	1.035,48 €	1.007,33 €	-2,72%
<u>Ajudas de Custo [3]</u>	97.861,24 €	120.812,91 €	23,45%
Despesas de Representação	44.744,39 €	52.985,39 €	18,42%
Secretariado	1.350,60 €	1.334,71 €	-1,18%
<u>Outros Encargos com Pessoal [4]</u>	371.676,18 €	467.692,50 €	25,83%
<b>TOTAL</b>	<b>31.736.512,37 €</b>	<b>31.362.716,35 €</b>	<b>-1,18%</b>

É de destacar:

- 1) Um decréscimo nos encargos com a remuneração base, tendo presente os efeitos das reduções remuneratórias com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2014 (art.º 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – OE para 2014). A Lei do Orçamento do Estado para 2014 veio reduzir as remunerações pagas fixando uma nova regra para a aplicação do corte:

a) Para valores de remunerações superiores a € 675 e inferiores a € 2000, aplicou-se uma taxa progressiva que variou entre os 2,5% e os 12%, sobre o valor total da remuneração;

b) 12% sobre o valor total das remunerações superiores a € 2000.

Esta regra vigorou até 31 de maio de 2014. Desde 1 de junho a 12 de setembro não existiam cortes remuneratórios, sendo a remuneração base paga na sua totalidade. A partir de 13 de setembro retomou-se a redução remuneratória praticada em 2013, a qual foi imposta pela Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro e implicava uma diminuição do valor da redução aplicada:

- a) 3,5% sobre o valor total das remunerações superiores a 1500€ e inferiores a 2000€;
- b) 3,5% sobre o valor de € 2 000 acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os 2000€, perfazendo uma redução global que varia entre 3,5 % e 10 %, no caso das remunerações iguais ou superiores a 2000€ até 4165€;
- c) 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4165€ [1];

- 2) Não foram pagos prémios de desempenho;
- 3) Acréscimo dos encargos com suplementos<sup>10</sup> [2];
- 4) Diminuição dos valores pagos com trabalho suplementar, trabalho noturno e trabalho por turnos;
- 5) Aumento das despesas com ajudas de custo. Uma percentagem muito significativa dos encargos com ajudas de custo respeita à atividade de investigação (cerca de 68%): reuniões de acompanhamento de projeto, trabalho de campo, participação em conferências e Workshops, muitos dos quais de cariz internacional. A receita global associada às atividades de investigação atingiu, em 2014, os 10,2 milhões de euros, embora registando uma quebra de 3% face a 2013. Maioritariamente estas receitas têm origem em programas da Fundação para a Ciência e Tecnologia e programas comunitários, cobrindo a generalidade das despesas associadas à investigação, designadamente as ajudas de custo [3];
- 6) Acréscimo dos encargos com despesas de representação. Salienta-se que ocorreu a entrada de quatro dirigentes intermédios de 2º grau em dezembro de 2013, o que para efeitos remuneratórios só se tornaram evidentes no ano analisado;
- 7) Crescimento no valor da rubrica de outros encargos com pessoal (26%). De salientar que este aumento deve ser explicado com o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo inserido no processo de reforma do Estado. O Programa de Rescisões por Mútuo Acordo foi uma iniciativa do Governo que permitiu aos trabalhadores da Administração Central do Estado a rescisão do seu vínculo laboral mediante compensação superior à do regime geral (regulado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho). Os valores das compensações pagas ascenderam a 118.538,15€, o que corresponde a 25,3% do montante dos outros encargos.

O somatório das remunerações de férias não gozadas e das compensações por caducidade perfizeram um valor total de 145.771,55€, o que corresponde a 31,2% do total de custos desta rubrica, percebendo-se o volume das saídas operadas em 2014 [4].

O total de despesas com a colaboração técnica e a formação ascenderam a 52.853,04€, 11,3% do total dos outros abonos [4].

Refere-se ainda que foram incluídas nesta rubrica de “outros abonos” o montante de 79.302,92€ relativo a despesas com reembolsos de despesas de deslocação (as quais, embora não pertencentes ao agrupamento de pessoal - rubrica 02.02.13 – foram, na sua maioria pagas pelos Serviços de Recursos Humanos) que correspondem a 17% do seu montante [4].

Os restantes 15,2% afetos a esta rubrica dizem respeito aos encargos com quatro avenças pagas pelos Serviços de Recursos Humanos, no valor de 71.226,84€ [4].

---

<sup>10</sup> Estão incluídos nesta rubrica os suplementos pagos aos Órgãos de Gestão das Faculdades e Escolas, aos Pró-Reitores e aos motoristas (lavagem de viaturas).

## 6.2. – Evolução dos Encargos com as Prestações Sociais

Em termos gerais verifica-se uma diminuição de 2,33% nas despesas com as prestações sociais.

**Quadro 19**  
**Evolução dos Encargos com Prestações Sociais**

Encargos com Pessoal	Valores em Euros		Taxa de Crescimento
	2013	2014	
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	64.901,57 €	83.252,76 €	28,28%
Abono de Família	17.000,36 €	17.881,21 €	5,18%
Subsídio por Morte	2.515,32 €	1.257,66 €	-50,00%
Subsídio de Refeição	933.516,74 €	892.540,55 €	-4,39%
Outras Prestações Sociais	5.782,04 €	4.944,72 €	-14,48%
<b>TOTAL</b>	<b>1.023.716,03 €</b>	<b>999.876,90 €</b>	<b>-2,33%</b>

Este decréscimo com os encargos com prestações sociais deveu-se essencialmente à diminuição do subsídio de refeição (4,39%). A diminuição do subsídio de refeição pode ser explicada pelo aumento do número de docentes em regime de acumulação (os quais, por serem “acumulantes” não recebem subsídio de refeição) por contrapartida de saídas de trabalhadores a tempo inteiro. Outra eventual explicação para este decréscimo pode prender-se com o facto de os trabalhadores terem gozado mais dias de férias em 2014 (sendo que o montante pago com férias não gozadas, de contratos que terminam, diminuiu para cerca de metade, de um ano para outro).

Também os encargos com o subsídio por morte e com outras prestações sociais tiveram, embora ligeiramente, em termos absolutos, a mesma tendência decrescente. De referir que os encargos com outras prestações sociais dizem respeito a pagamentos com subsídio de deficiência e bolsa de estudo.

Tendência contrária tiveram os encargos com os subsídios pagos no âmbito da proteção da parentalidade e com o abono de família.

## 6.3. Encargos com as Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE

Embora os mapas do balanço social não possuam uma rubrica específica para os encargos com as contribuições suportados pela entidade patronal, merecem especial relevo as despesas relativas à contribuição da Universidade para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), Segurança Social e ADSE (Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas) dado o peso significativo de cerca de 7,7 milhões de euros (**7.700.057,97€**) no orçamento global (19,22%). Importa referir ainda que estes encargos cresceram 10,97% de 2013 para 2014, fruto das alterações legislativas (em 2014 os gastos com as contribuições da entidade ascenderam a 6.939.168,17€).

## **7 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

A Universidade do Algarve tem vindo a desenvolver algum trabalho na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, nomeadamente na prevenção com a aquisição de sinalética e extintores.

A Universidade do Algarve, no ano de 2014 contratualizou com uma empresa a realização de medidas de autoproteção para o edifício 2 – FCT, no Campus Gambelas, pelo valor de € 11.750,00, ao qual acresce o valor do IVA. Até ao final do ano de 2014 foi realizada a auditoria às condições de segurança existentes no edifício.

A Universidade do Algarve tem a decorrer a realização de medidas de autoproteção para os edifícios 3/4 – Complexo Pedagógico e 8/9 – FCT/FE, no Campus Gambelas tendo sido submetido à Autoridade Nacional de Proteção Civil a reformulação do projeto de segurança contra risco de incêndios que teve o parecer positivo. Foram feitas algumas melhorias no edifício de modo a cumprir com o definido no Projeto de Incêndios.

A Universidade tem um contrato de manutenção de extintores com o valor anual de € 2.396,55, ao qual acresce o valor do IVA.

No âmbito da segurança dos trabalhadores, foram adquiridos equipamentos de proteção individual para os funcionários dos Serviços Técnicos.

### **III – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Balanço Social de 2014 revela um aumento, em termos absolutos do número de efetivos, comparativamente com o ano anterior, 2,85%, sendo que foi o subsistema do ensino Universitário o que mais contribuiu para este acréscimo. Não obstante, verifica-se que este aumento, em termos absolutos, se consubstancia num aumento real de 10,5 ETIS, repartido em 5,3 efetivos para o ensino universitário e 5,2 para o ensino politécnico. Também importa salientar o decréscimo do pessoal não docente na razão de 7 trabalhadores.

De registar que, no que se refere às saídas operadas em 2014, verificou-se que o principal motivo consistiu na caducidade (65%), seguida da aposentação/reforma (16%).

No que concerne à assiduidade dos trabalhadores, o número total de dias de ausência ao trabalho diminuiu em 19,88%, relativamente ao ano de 2013, com exceção das faltas dadas pelo pessoal docente adstrito à carreira do politécnico. Foi o pessoal não docente o que mais contribuiu para essa diminuição uma vez que os dias não trabalhados registaram um decréscimo de aproximadamente 30%.

No que se refere às despesas com pessoal, em termos reais, verificou-se um acréscimo de encargos total no montante aproximado de 363 mil euros, ou seja, 0,92% de aumento relativamente ao ano anterior, sendo que foram as contribuições da entidade (Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE) que mais contribuíram para este acréscimo (cerca de 760 mil euros).

Para além das contribuições, as rubricas de despesa com o pessoal que registaram um acréscimo mais acentuado, em termos relativos, foram os outros encargos (25,83%), motivados pelo Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, e as despesas com ajudas de custo (23,45%). Contudo, importa referir que o valor das remunerações base diminuíram cerca de 500 mil euros (1,62%), comparando com o ano anterior.

Também os encargos com as prestações sociais tiveram um decréscimo no valor dos gastos com pessoal na ordem 24 mil euros, comparativamente com o ano de 2013 (menos 2,33% do que no ano anterior), consequência da diminuição da rubrica de subsídio de refeição.

De salientar que as contribuições da entidade patronal para a CGA, Segurança Social e ADSE mantêm um peso muito significativo nas despesas de pessoal, cerca de 7,7 milhões de euros, no volume dos encargos totais com pessoal (19,22%). Foram precisamente estes os encargos que mais contribuíram para o aumento com as despesas de pessoal no ano de 2014, ou seja, o aumento de 760 mil euros relativamente a 2013, fez anular o decréscimo verificado noutras rubricas.

Dadas as restrições orçamentais, no ano de 2014 apenas foi possível realizar algumas ações de formação previstas.

## **ANEXOS**

Quadros do Balanço Social